

# NACIONALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

A reivindicação básica de todos os movimentos socialistas é a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Já o Manifesto Comunista, escrito há cem anos, afirmava que, "os comunistas podem resumir sua teoria nesta proposição única: abolição da propriedade privada." As concepções socialistas, ainda mais antigas, também giravam em torno do problema da propriedade privada.

A abolição da propriedade privada dos meios de produção era, e ainda é, ponto pacífico em todas as doutrinas socialistas. O mesmo não acontece em relação à maneira de se abolir a propriedade privada. Os socialistas "utópicos" propunham a organização de comunas ou, como Owen e Louis Blanc, a formação de cooperativas de produção. Proudhon pretendia a nacionalização das minas e estradas de ferro e a formação de cooperativas de produção nos outros ramos de atividade. O marxismo propunha, como se lê no Manifesto Comunista, "arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado". Para os marxistas o Estado passaria a controlar todos os meios de produção, isto é, os mesmos seriam nacionalizados ou socializados. Os anarquistas sempre lutaram energeticamente contra esta concepção, acusando-a de totalitarismo econômico que tolheria a liberdade do indivíduo. A transformação, proposta pelos marxistas, substituiria — na opinião dos anarquistas — os múltiplos padrões do regime capitalista pelo padrão único — o Estado.

Já em pleno período áureo do capitalismo livre-cambista, durante a intervenção do estado na esfera econômica era mínimo, apareceram os primeiros exemplos de nacionalização, isto é, passagens para a propriedade do Estado, de certas empresas, principalmente estradas de ferro. Surgiu, assim, pela primeira vez, a necessidade de distinguir a nacionalização, realizada pelo próprio Estado burguês, da socialização a ser realizada pelo partido socialista, uma vez o poder. A distinção foi estabelecida por Engels. Como o Estado, na função do poder político, "é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra", as nacionalizações, efetuadas pelo Estado burguês, nada tinham a ver com o socialismo, pois as empresas nacionalizadas pertenceriam realmente à burguesia por intermédio de seu político — o Estado burguês. A socialização dos meios de produção só seria possível com a vitória da classe operária e da ascensão ao poder de seu partido — o partido socialista. As nacionalizações, então realizadas, o seriam em benefício de uma minoria — a classe dominante — e sim de toda a população em uma sociedade sem classes, realizada naturalmente pelo partido socialista no poder. A concentração de todos os meios de produção nas mãos do Estado acabaria com os antagonismos de classe, prepararia o terreno para a abolição das mesmas classes. Uma vez ultimado o processo, desapareceria o Estado como poder político, persistindo apenas como poder administrativo. O seguinte trecho do Manifesto Comunista exprime com toda clareza este pensamento: "Os antagonismos de classe, uma vez desaparecidos com a própria marcha dos acontecimentos, e toda a produção concentrada (o grifo é nosso) nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perde seu caráter político. O poder político, no verdade, é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe, e se erige por uma revolução em classe dominante, e como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, ele destrói, ao mesmo tempo que essas relações de produção, as condições de existência do antegu-

nismo de classes, destrói os classes em geral e, daí, sua própria dominação de classe".

O desenvolvimento ulterior do regime capitalista mostrou que o problema é bem mais complexo. Durante a época do capitalismo liberal, do livre-cambismo, quando o Estado praticamente não intervinha na esfera econômica, e apenas se erigia em guardião das instituições vigentes, a definição marxista de Estado correspondia inteiramente à verdade. Na medida em que apenas se propunha defender as instituições vigentes, era, na verdade, "o poder organizado de uma classe para a opressão de outra" ou o poder organizado que garantia a uma classe o direito de explorar a outra. No fim do século XIX e mais ainda no decorrer do século XX o papel do Estado se tornou mais complexo. Na medida em que a economia livre-cambista se ia transformando em economia dirigida, o Estado, embora conservando o papel de poder político, de acordo com a definição de Marx, também ficou investido de funções administrativas, cada vez mais amplas. Aliás, mesmo no período livre-cambista clássica, já existiam, ao lado da função primordial — poder político —, funções administrativas, embora incipientes.

Na Rússia e nos países onde o fascismo foi ao poder, assistimos a uma verdadeira revolução no terreno econômico. Na Rússia, onde o Estado encontrou em suas mãos todos os meios de produção, pela expropriação dos produtores individuais, e na Alemanha e Itália, onde este processo de concentração se realizou menos completamente e por vias diferentes, ocorreu em consequência, profunda alteração na estrutura política. A análise dos fatos acima e de suas consequências econômicas e políticas é indispensável para a compreensão precisa dos termos nacionalização e socialização nos dias de hoje.

O termo nacionalização tem duas acepções bem distintas. Pode significar a passagem de um determinado ramo de produção para as mãos do Estado, isto é, para o domínio da nação, ou a passagem de um determinado ramo de produção para as mãos de capitalistas nacionais com exclusão dos capitalistas estrangeiros. Empregamos a palavra nacionalização exclusivamente no primeiro sentido.

FEBUS GIKOVATE

## AUTO-CRÍTICA E DISCIPLINA SOCIALISTA

A propósito da notícia publicada na imprensa segundo a qual estaria contra seus próprios deputados a direção do Partido Socialista Brasileiro, deu o general Domingos Velasco, secretário geral do P.S.B., os seguintes esclarecimentos:

"Ha um equívoco da parte do reporter. Samente quem não conhece os métodos de nosso Partido poderia imaginar que num caso tão importante como o lei sobre a reforma dos militares pudesse a nossa bancada na Câmara dos Deputados tomar qualquer atitude sem prévia aprovação da Comissão Nacional do Partido. Nosso voto favorável ao substitutivo Afonso Arinos foi em cumprimento de uma decisão anterior da Comissão Nacional, tomada quando o deputado Hermes Lima manifestou o seu voto na Comissão de Justiça da Câmara.

Na sua última reunião — prosseguiu o sr. Velasco — a Comissão Nacional, fazendo auto-crítica de acordo com o que lhe determina o artigo 60 dos estatutos do partido e artigo 3 do seu regimento interno, aprovou, por 6 votos contra 5, uma autocrítica nestes termos:

# Folha Socialista

Diretores responsáveis:  
Antônio Cândido e  
Arnaldo Pedroso d'Horla  
Gerente:  
Febus Gikovate

ANO 1 - 10 de Junho de 1948 - N.º 8

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO  
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:  
Praça da Sé, 237 - 2.º and.  
Telefone 3-2520  
SÃO PAULO — BRASIL

## A lei da reforma dos militares

DISCUTIDA NA REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Realizou-se, nos dias 20 e 21 de maio, no Rio de Janeiro, uma reunião da Comissão Nacional. Participaram da reunião, além dos membros efetivos do mesmo, o presidente da comissão estadual do Baía, o companheiro Orlando Gomes, o companheiro Bernardino Machado Lima, representante da Comissão Estadual de Minas e o companheiro Febus Gikovate, representante da Comissão Estadual de São Paulo.

Na reunião do dia vinte foi aprovado o ante-projeto de regimento interno da comissão nacional, apresentado pelo companheiro Domingos Velasco. Foi, em seguida examinada a situação do Estado do Rio, onde a comissão nomeada na reunião anterior da comissão nacional conseguiu realizar a convenção estadual, no prazo marcado. Foi resolvido agregar à referida comissão o companheiro Hermes Lima e estipular o prazo de noventa dias para a reorganização do partido no Estado do Rio, e para a realização da convenção estadual.

Da reunião do dia 21 contou com a auto-crítica a discussão da posição do partido em face da lei da reforma dos militares, incluída a pedido da comissão estadual de São Paulo. O delegado de São Paulo expôs o ponto de vista da Comissão Estadual, que tinha sido aprovado, por unanimidade, em sua última reunião. Afirmou que o P.S.B. lutou na Câmara Federal e fora dela, com todas as suas forças, contra a cassação do registro do Partido Comunista e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares, eleitos pelo referido partido. Que fê-lo unicamente porque se tratava de atentados ao regime democrático que, uma vez consumados, mutilavam a nossa incipiente democracia. Que o P.S.B.

nunca escondeu, e não pretende fazer agora, as profundas divergências ideológicas que a separam do P.C.B. e o levaram mais uma vez à luta aberta contra o mesmo. Que o P.S.B., pela voz de seus representantes na Câmara, chamou a atenção para a estrada perigosa que começamos a trilhar, uma vez mutilada a constituição e restringidos os direitos políticos de grande parcela da população. Que preveniu a opinião pública em face da possibilidade de serem apresentados projetos de lei, que sob o pretexto de combater as atividades ilegais dos adeptos do extinto P.C.B., viriam, na realidade, restringir cada vez mais as liberdades democráticas consignadas na Constituição Federal. Que a lei da reforma dos militares e os outros ante-projetos similares não se inspiravam na letra ou no espírito da Constituição e que eram, isto sim, corolários de leis anti-constitucionais, anteriormente votadas. Propôs que a Comissão Nacional constataste o erro cometido, quando resolveu apoiar a bancada socialista da Câmara Federal, e que se reunisse para discutir todos os companheiros presentes, tendo sido aprovada, por maioria, a proposta da Comissão Estadual de São Paulo, assim formulada:

"A Comissão Nacional verifica que para os interesses do P.S.B. teria sido mais conveniente votar contra a lei da reforma dos militares".

O companheiro Domingos Velasco propôs que a direção nacional do partido publicasse um documento político, expandindo a posição do Partido Socialista em face da situação atual, historizando os acontecimentos e apontando os responsáveis pela marcha da reação e pelo tarpedamento das nossas instituições democráticas. O companheiro Velasco apresentou um esboço deste documento. Foi resolvido que se enviassem cópias do documento, apresentado pelo comp. Velasco, pedindo sugestões, a todas as Comissões Estaduais e que se incluisse na ordem do dia da próxima reunião plenária a sua discussão.

O companheiro Gikovate encaminhou várias sugestões da Comissão Estadual de São Paulo. Uma no sentido da nossa bancada intervir com energia na defesa dos interesses do P.S.B. na próxima reunião da Comissão Nacional da discussão do estabelecimento das normas de ação dos parlamentares socialistas.

## NOVA ETAPA NA VIDA DO PARTIDO

Foi assinalada pela reunião plenária de Baurú

Além da fixação da linha política dos socialistas ante a situação política estadual, foi firmada a orientação partidária em face da questão agrária no Estado e resolvidos vários assuntos de caráter organizatório — Importante discurso do deputado João Mangabeira no encerramento daquela reunião

De acordo com uma decisão anterior da Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro, realizou-se a 17 de abril, passado, na cidade de Baurú, uma importante reunião plenária da direção socialista em São Paulo. Além da maioria dos membros de C.E., estiveram presentes o companheiro João Mangabeira, presidente da Comissão Nacional, os membros da Comissão Municipal de Baurú e representantes de outras CC. MM. de cidades do interior do Estado, vários veredores socialistas e numerosos membros e simpatizantes do Partido.

Os trabalhos, realizados publicamente, no Teatro Municipal da cidade, decorreram num ambiente de grande animação, participando dos debates não só os membros da C.E., mas ainda os demais socialistas presentes e mesmo alguns simpatizantes que pela primeira vez compareceram a uma reunião socialista. O espírito democrático que nela preponderou, a seriedade das questões abordadas e a importância das resoluções tomadas assinalam com essa reunião, uma nova etapa na vida do Partido So-

cialista Brasileiro. A ordem do dia foi assim organizado: dia 17, às 14 horas, foi debatida a situação política de São Paulo, tendo como relator o companheiro Antônio Cândido; às 20 horas, foi discutida a questão agrária, na base de um relatório do companheiro Francisco Giraldes Filho; no dia 18, tanto pela manhã, como à tarde, foram examinados assuntos de organização, de que foi relator o companheiro Plínio Gomes de Mello; e, finalmente, à noite desse mesmo dia, realizou-se a sessão de encerramento, durante a qual falaram os veredores socialistas Cid Francis e Mário de Oliveira Matsushiro, o deputado João Mangabeira e o companheiro Wilson Rohal, que agradeceu em nome da C.E. a recepção proporcionada pelos socialistas e pelo povo de Baurú.

No número anterior deste jornal, divulgamos o relatório apresentado pelo companheiro Antônio Cândido, sobre a situação política, que, apesar de longa e vivamente debatido, foi aprovado por unanimidade. João Mangabeira, apesar de adoentado, falou durante mais de uma hora, sobre o socialismo e a liberdade, estigmatizando com palavras de fogo as misérias do regime capitalista. O grande tribuna e parlamentar socialista empolgou o auditório que lotava o Teatro Municipal de Baurú, terminando por fazer um apelo caloroso ao povo

(Continua no 3.º pag.)

## Tribuna de discussão Socialista

**A participação do trabalhador nos lucros das empresas**  
Um inquérito promovido pelo P. S. B. entre as classes interessadas, sobre a regulamentação desse dispositivo constitucional.

A Secretaria de Arregimentação do Partido Socialista Brasileiro, Secção do Distrito Federal, está promovendo, através de amplos debates, a que são admitidas até mesmo as pessoas que não sejam filiadas ao PSB, o estudo de uma série de problemas objetivos do interesse imediato dos trabalhadores.

A primeira questão a ser ventilada foi a da participação do trabalhador nos lucros da empresa, matéria consagrada, de forma clara e taxativa, na Constituição de 1946, e que será objeto de regulamentação pelo Congresso Nacional na presente legislação.

Quer nas reuniões semanais do corpo de Assistentes da Secretaria, quer nas três sessões plenárias realizadas na sede do Partido, com a presença de numerosos companheiros e outros interessados — à primeira das quais compareceram também os deputados João Mangabeira e Domingos Velasco, presidente e secretário-geral da Comissão Nacional do PSB — o assunto foi amplamente debatido, recolhendo-se sugestões as mais interessantes, que serão, depois de classificadas e selecionadas, submetidas ao exame da Comissão do Distrito Federal, juntamente com as respostas ao questionário organizado para o inquérito que está sendo realizado não apenas nos meios trabalhistas mas também nos círculos patronais.

Esse questionário está obtendo magnífica aceitação em todos os círculos, e mediante o qual o Partido Socialista pretende auscultar a opinião de todos os interessados no problema da participação nos lucros. As res-

postas ao mesmo, com ou sem assinatura, mas sempre com a indicação da categoria profissional do informante, deverão ser enviadas ao secretário de Arregimentação da Comissão do Distrito Federal do Partido Socialista Brasileiro (rua Buenos Aires n.º 57, sobrado), até o dia 15 do corrente mês de maio.

Em nosso próximo número faremos um resumo das respostas recebidas — omitindo, naturalmente, os nomes dos informantes — divulgando também dois novos questionários em preparação: um sobre questões sindicais, e outro sobre os mais importantes aspectos da legislação trabalhista (direitos e vantagens do trabalhador).

### O QUESTIONÁRIO

O Congresso Nacional vai regulamentar o artigo 157, inciso IV, da Constituição de 18 de setembro de 1946, que estabelece a "participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar".

O Partido Socialista Brasileiro, pelos seus deputados, participará ativamente dessa regulamentação. Queremos, porém, auscultar, desde logo, a opinião dos interessados — empregados e empregadores —, a respeito do assunto.

Estamos certos de receber a sua resposta, que muito agradeceremos, a cada uma das perguntas abaixo:

**Primeira** — Qual, na sua opinião a percentagem dos lucros anuais de cada empresa que deve ser distribuída aos respectivos empregados?

**Segunda** — A importância para esse fim destinada deve ser distribuída ao trabalhador:

- pelo próprio empregador?
- pelo competente Instituto de Previdência?
- pelo respectivo Sindicato?
- por uma Comissão eleita pelos próprios empregados?

**Terceira** — Qual o critério que lhe parece mais justo para a distribuição:

- participação igualitária dos empregados, considerando que o lucro resulta do esforço conjugado de todos?
- participação diferencial, tendo em vista a maior ou menor influência de cada um dos resultados obtidos durante o exercício?
- nesta última hipótese, qual o fator, ou os fatores que devem influir na distribuição:

Capacidade? Tempo de serviço? Produtividade? Salário ou ordenado? Remuneração total (incluindo comissões, gratificações, etc.)? Idade do trabalhador? Encargos de família?

**Quarta** — Deve ser permitida alguma fiscalização dos empregados, na apuração e distribuição dos lucros? Essa fiscalização é dispensável ou deve ficar a cargo do governo, por intermédio dos agentes do Imposto de Renda, ou outros?

**Quinta** — A distribuição de lucros ao trabalhador parece-lhe uma medida eficiente, ou outra, de maior alcance, poderia substituí-la com vantagem? Neste caso, qual seria ela?

**Sexta** — Tem alguma outra sugestão sobre o assunto? Poderia mencioná-la?

(Transcrito do n.º 3 do "Boletim Socialista", editado pela C.E. do P. S. B. do Distrito Federal).

## OBJEÇÕES IMPROCEDENTES

1) — Surgiram algumas objeções ao apelo que vimos fazendo, no sentido de uma união para a defesa da democracia, neste artigo. Procuramos analisá-las, neste artigo; mas antes desejamos salientar que fomos compreendidos desde logo, por uma camada numerosa e, sobretudo, muito representativa de democratas. Se tivéssemos de personalizar esse espírito de compreensão, agradeceríamos publicamente, como ora fazemos, a carta que nos enviou o escritor Fernando Carneiro, a qual, pelo seu tom objetivo e pela clareza de propósitos, tanto nos animou a prosseguir em nossa campanha. Sentimo-nos satisfeitos por verificar que a necessidade daquela união já estava também amadurecida no espírito da maior parte dos filiados à Resistência Democrática, ao Movimento Renovador e à Vanguarda Socialista, que são organizações civis, superiormente preocupadas com os problemas políticos brasileiros. A Sobral Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, Barreto Filho, Hilcar Leite e os demais dirigentes e membros das sociedades — agradecemos a maneira prática e eficiente com que responderam a nosso apelo.

2) — Quanto às objeções, podem elas ser resumidas da seguinte forma: Não podemos cuidar da transformação da estrutura econômica do Brasil antes de criarmos aqui um ambiente de liberdade. Porque não é possível pensarmos em socialismo na economia, quando os direitos fundamentais do homem são violados, sistematicamente, pela reação. Primeiro devemos bater-nos pela liberdade para o homem e, depois, pela transformação da estrutura econômica. O povo brasileiro ainda não está amadurecido para o socialismo democrático. A missão do Partido Socialista Brasileiro é a de preparar as novas gerações, para que elas, no futuro, possam realizar o seu magnífico programa. Por enquanto, e durante alguns anos, o êxito eleitoral será dos "correntes" políticos, vazios de idéias mas cheios de astúcias eleitorais... E, como forma pitoresca, desse pensamento, dizia-nos, há dias, um ministro de Estado, conhecido tanto pelo seu ceticismo político, quanto pela cingência de seu espírito: — "Quando deixar o Ministério, vou filiar-me ao Partido Socialista Brasileiro, porque não mais tenho aspirações políticas; quero ser, como os socialistas brasileiros, um 'apóstolo'". Nessa declaração se condensam as objeções. Os políticos julgam que não so-

mos imediatistas e que o importante é ocupar as posições e estar bem com os poderosos do momento.

3) — ORA, tudo isso não parece fragil demais. Antes de tudo, contudo, vêm lembrarmos-nos que a finalidade ética da política é o bem comum. O imediatismo que transforma o êxito momentâneo em diretriz permanente dos Partidos, é, acima de tudo, ausência de realismo. Porque a transitoriedade, a inconsistência e a heterogeneidade que têm caracterizado a vida de nossas organizações partidárias, que se formam e se dissolvem, sem deixarem rastros em nossa história, se originam precisamente da falta de conteúdo doutrinário, desse amor às posições, desse apêgo ao êxito imediato. Elas fazem a vida, au jour le jour. Não olham para frente. Não analisam as condições do meio, nem as aspirações do povo, para poderem formular previsões e traçar rumos que as projetem para o futuro, dando-lhes vida, calor e entusiasmo. Fora dos véspedes das eleições, quando parecem clubes carnavalescos, os partidos hibernam e ficam tristes, como um cortejo fúnebre.

Certo que devem merecer-nos a atenção os problemas do dia, mas devemos tudo fazer desde hoje, para que os problemas de amanhã não se revistam de uma gravidade que poderá torná-los insalváveis. O caso do fechamento do Partido Comunista é um exemplo gritante do imprevisto dos políticos brasileiros.

4) — MAS, quando verificamos a intervenção, cada vez mais acen-tuada, das massas populares na política brasileira, é que vemos a improcedência das objeções formuladas. O temor dessa intervenção já levou os imediatistas ao fechamento do Partido Comunista e os levará, por certo, a outros despropósitos, se não houver a união das forças democráticas, em torno de um programa sério e oportuno, como é, a nosso ver, o do Partido Socialista Brasileiro.

Insistimos nesse apelo, porque não basta falar em defesa da liberdade, se não falarmos na transformação da estrutura econômica da sociedade, pelo socialismo. Temos reiterado esse pensamento, porque ele não é apenas uma opinião pessoal, mas uma convicção que se generalizou e é sustentada pelos que se dedicam à análise desapassionada dos fatos sociais.

Cansam-se, por exemplo, os liberais em mostrar que, na Rússia, não há liberdade; que a vitória do comunismo é a escravização do homem, que o caminho da servidão é o socialismo. Divulga-se no mundo inteiro e em todos os idiomas, o livro "Preferi a Liberdade", de Victor Kravchenko. Entretanto, apesar ou por causa disso, o comunismo cada vez conquista mais força entre a massa trabalhadora dos países sujeitos à economia capitalista burguesa. Será que o trabalhador prefere a escravidão à liberdade? Ou será que a liberdade como que aцена o capitalismo não interessa tanto quanto a transformação da estrutura econômica que lhe oferece o comunismo? Ou haverá um conceito proletário de liberdade que se opõe aos dos burgueses?

Ora, nossa constante preocupação tem sido a de mostrar o que muitos espíritos mais capazes, mais lúcidos e mais profundos, têm dito a respeito, juntando-lhe um quase-nada de nossa própria experiência.

A liberdade burguesa não interessa aos trabalhadores, simplesmente porque eles não podem gozá-la. Ninguém pode ser livre, sem um mínimo de conforto material. Não é possível uma vida hu-

## CONTRA A ORGANIZAÇÃO DE JUVENTUDES

A preocupação de verificar em que idade pode o militante socialista ser mais útil ao partido não é inteiramente desprezível. Se a ideologia é a mesma, e mais ou menos o mesmo o equilíbrio moral, há certamente motivos de ordem psicológica para que nem todos se dediquem com igual entusiasmo ao trabalho partidário de cada dia. E então, afaz as razões de saúde, dificuldades relacionadas com o ganha-pão, etc., apresenta-se o problema da idade política.

O assunto é complexo e vasto. Daria margem, talvez, para um livro. Mas, ficando nos limites estreitos de nossas pretensões, que são bem modestas, tentemos apenas, a largos traços, esboçar o que nela existe de essencial.

A psicanálise, pelo que realmente possui de substância científica, pode instruir-nos muito a esse respeito. É verdade que Freud, como todos os grandes inovadores, afastou-se demais do campo de sua especialidade, conduziu

a nova teoria por atalhos que mais tarde só serviriam para comprometê-la, cometeu numerosos exageros e até erros graves. Era inevitável. Mas uma coisa permanece, além do surpreendente valor terapêutico da psicanálise no tratamento das neuroses: é o papel determinante e de grande parte fundamental que o sexo desempenha na formação psicológica.

Como não há militante socialista sem psicologia própria, é natural que esta dependa, até certo ponto, de elementos relacionados com a atividade sexual. Sem entrar em divagações acadêmicas, acentuemos somente — porque isto é universalmente conhecido — que a idade é a linha mestra em torno da qual se operam as grandes variações normais do sexo. Vemos a criança, o adolescente, o adulto, o velho. E é na classe dos adultos que encontramos o homem viril, maduro, já feito, experiente, em pleno vigor de seus atributos físicos e mentais.

O ímpeto por vezes incontrolado dos jovens militantes políticos é, assim, bastante compreensível. E é a esse entusiasmo juvenil que os partidos de todas as correntes ideológicas devem a renovação e o crescimento dos seus quadros, o que vale dizer, de seu sangue e de sua carne. Sem o estímulo constante dado pelo exemplo cotidiano da juventude, nenhum partido político se desenvolve na medida necessária e com a necessária profundidade para desempenhar historicamente o papel que lhe compete.

Existem, porém, os perigos que decorrem dessas qualidades indiscutíveis. O jovem não é ainda o homem maduro, falta-lhe em experiência o que lhe sobra em entusiasmo, está sujeito às incertezas próprias da idade, é um perseguidor de energias, torna-se frequentemente infecundo, estéril. A um rapazinho da Juventude Comunista, lá por 1926 ou 27, advertiu certa vez, para lembrar-lhe um pouco os excessos do tem-

peramento inquieto, um operário metalúrgico, homem de meia idade e de larga experiência, que ocupava um dos postos de maior responsabilidade no Partido: "O que você faz menino, nunca deu filhas a ninguém..."

Com o devido desconto na brutalidade do termo então pronunciado pelo dirigente stalinista e que deixamos de reproduzir — "brutalidade" que Lenin denunciou como correndo parelhas com a "destealdade" de Stalin — deve-se reconhecer que a observação era e é verdadeira. E revela, por outro lado, o conflito que se abre com a criação de uma juventude organicamente autônoma ao lado de um partido de adultos ou de "velhos", como preferem dizer os mais jovens. A degenerescência do bolchevismo teve um dos seus fatores nesse paralelismo de organizações. Foi graças a isso que a burocracia stalinista pôde facilmente quebrar o contacto entre a juven-

(Continúa na pag. 6)

(Continúa na pag 6)

# PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO SOCIAL

## Trabalho e Educação do proletário

(DAMOS A SEGUIR O TEXTO DO DISCURSO PRONUNCIADO PELO COMPANHEIRO ALÍPIO CORRÊA NETO, NA FORMATURA DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS EM 1948)

Encarado sob o seu aspecto concreto, o trabalho é fator do progresso econômico dos homens, organizado em sociedade. Para que cumpra cada vez mais o seu função, necessário se torna robustecer o seu aspecto transcendente, isto é, a força do espírito, a disciplina da vontade, instrução da inteligência, — que do cérebro transmite às mãos que abram a diuturnidade do trabalho a executar.

Das atividades diferentes devem ser encaradas no âmbito: o trabalho espiritual, orientador, e o trabalho material, capaz de realizar aquilo que a inteligência inspira e metodiza. A educação e a instrução robustecem e racionalizam o trabalho espiritual, como base e aprendizes diuturnamente nesta coisa, com grandes mestres e dedicação perfeita.

Quando saídes, porém, perfeitamente instruídos, e intencionalmente praticar em execução os vossos conhecimentos, encontrareis, infelizmente, um obstáculo dos mais sérios e desalentadores. Não acharéis da parte do aparelho nacional, a correspondência do que era de esperar-se para subsistenciar o plano amadurecido. Entre as forças materiais se encontram mobilizadas e as forças do espírito que planejam, há uma dissociação. Se para a inteligência já existe certo grau de trato e apreensão, para a outra nada há de preparo efetivo. A massa da população obreira onde o teu da própria sorte, em consequência de uma involuntária criminosa dos governos em orientá-la a preparar.

Se o homem é o fator fundamental do progresso econômico, da preparação intelectual, moral e física da população trabalhadora é que depende o desenvolvimento mais rápido, mais acertado ou, mesmo, o declínio desse progresso.

Só ascenderemos na escala do progresso se, ao par do preparo intelectual das elites, cuidarmos também da educação correspondente da massa.

Só par a intelectualização de um povo dirigente é incapaz de resolver os problemas de uma nação, muito menos seu sentido humano. Temos o exemplo da multilateral e super aristocrática elite chilena, e incapaz de impedir a sua terra os fundamentos humanos do progresso e a bem estar das populações sempre na miséria e fadiga de infortúnios. A Índia mistica e filosófica continua a ser uma nação de injustiças sociais profundas e repugnante pauperismo; o seu povo permanece inerte através dos séculos. A educação orientada pelos poderes públicos, tem que se estender como onda contínua sobre toda a população; pode ser intensificada e aprofundada na formação de técnicos e dirigentes, mas deve abranger a todos os que trabalham e todos os que devem trabalhar, isto é, a toda população, sem exceção nem distinção, porque o trabalho é um dos deveres elementares da humanidade. A educação, a instrução, para serem frutíferas, não podem nutrir-se de contrastes tão nítidos e chocantes como na nossa terra; deve ser generalizada e eficiente, atendida nos pontos em que a ciência deve vir apoiar a técnica na formação intelectual, momento no campo de investigação e de pesquisa.

Dentro deste plano educacional teremos a homem favorecido e próspero na sua função de fator econômico, pouco integrado convenientemente na sociedade.

### PREPARO INTELCTUAL

Nestas considerações precedentes está indicada a necessidade do cultivo do espírito para a eficiência do trabalho. Porque, repitidamente se verifica na inteligência, pela concepção e compreensão da tarefa a executar, como tempo preliminar, quanto mais esclarecida a inteligência, mais rápido se desenvolver o eficiente será a sua execução. Exatamente a educação e a instrução planejadas e proporcionadas ao período da vida em que se verifica o desenvolvimento intelectual do homem (isto é, juventude e adolescência), é que vão dar ao trabalhador de todos os setores a consciência do exercício de seu dever, a noção do cumprimento de uma atividade construtiva. Só os países em que a instrução se difundiu a todas as camadas profissionais, vivendo em progresso intelectual e moral.

### CONDIÇÃO MORAL DO PROLETARIADO

O trabalho tem por fundamento preciso proporcionar ao homem os meios de construir a sua felicidade, que consiste no gozo dos princípios morais da vida

Se a base da organização social é a família, no seu seio iremos encontrar a própria razão da vida neste mundo, sejam quais forem as concepções filosóficas ou religiosas dentro das quais patternos os nossos atos e realizamos a nossa atividade espiritual. Para viver com plenitude a vida familiar e, nesta base, do corpo aos princípios morais, precisamos certamente dar à família uma estabilidade legal baseada nos códigos, mas também a estabilidade econômica pela organização do lar sob o seu aspecto concreto, a fim de, no seu conjunto ter e manter a mulher e os filhos, poder prestar-lhes assistência, educá-los, prover à sua instrução. Eis as condições necessárias para fundamentar a consciência do cidadão.

A fim de cumprir estas tarefas que a lei prescreve e que a moral exige, a família se torna o campo econômico; para alcançá-lo, o homem dispõe de esforço no trabalho. Deste esforço retira honestamente os meios materiais de garantir a sua atuação espiritual. E é a resultante deste esforço conjugado que constitui a poder econômico dos povos. Pois, meus senhores, a família é o núcleo necessário ao exercício consciente e profícuo do trabalho e seu resultado no progresso.

Quando mais se trabalha, mais se produz e quem mais produz, mais se oferece; quem mais ganha, mais alto é o seu nível econômico, e quanto mais elevado o nível econômico dos componentes de uma sociedade, maior a força econômica desta mesma sociedade.

É dentro deste ciclo de esforço e rendimento, de dignidade e de honra que se vai formando a mentalidade sã do obreiro consciente, pedra fundamental da sociedade humana. Mas se a força do trabalho é vendida ao empregador, do modo que ao trabalhador só resta uma parte que não lhe garantirá a possibilidade de constituir um lar, de formar e educar a família, de poder ampará-la e orientá-la, certo é que não alcançaremos as condições psicológicas da formação do bom trabalhador.

A alienação da sua força produtora tira-lhe o estímulo, abate-lhe o ânimo, aniquila-lhe a iniciativa, reduz-o a um elemento sem princípios nem discernimento.

Para alcançarmos a plena integridade moral do trabalho é preciso que o fruto deste esforço não vá ter ao bolso do capitalista, mas seja propriedade integral do trabalhador, satisfizes as suas obrigações para com o Estado, isto é, para com a sociedade.

O novo meio econômico e social, longe está de atingir sequer um arremedo das condições psicológicas de vida de vicissitudes e de desgastes, e quem o diz é Amoroso Lima: "os más calosos e as facas macilentas, os pés descalços", os rapazes em pedras, as crianças desnutridas, as multidões magruchosas, as palhas encogidas, os trens superlotados dos subúrbios, a cemida inconvível dos marmitas, toda a sombra trágica que acompanha no Rio dos nossos dias o espetáculo de luxo e de grandezas dos arranha-céus que se multiplicam, das automóveis suntuosos que enchem as ruas, dos teatros e das praças, das joias e das peltes, dos cassinos e dos palacetes". "Este terrível contraste, esse drama cotidiano que passa desreconhecido a todos os olhos, mas é principalmente às suas vítimas mais sacrificadas, é que constitui a trama profunda ou antes o fundo negro das páginas repetidas neste ensaio".

Não pode estar o trabalhador, dentro desta organização social, onde o trabalho é explorado pelo capital, onde nem mesmo produz para si; onde quem se beneficia é o proprietário da atividade duradoura; onde quem precisa é o que menos tem e o que mais faz; onde quem se esgota no esforço do trabalho não é quem outora as vantagens da produção, dentro desta organização social, difícil se torna ao trabalhador nas condições morais requeridas pela magnitude da produção.

### CONDIÇÕES FÍSICAS DO TRABALHADOR

Chegamos, enfim, às condições físicas do trabalhador, unidade propulsora do progresso econômico.

Se as condições morais e intelectuais influem decisivamente na eficiência do trabalho, as condições físicas do obreiro, certamente, ocuparão posição decisiva

no conjunto. Entre os fatores capazes de determinar o valor econômico do homem, temos a adaptação às condições meio-ambientais, à alimentação, aos hábitos e ao gênero da produção. Os homens que nascem e crescem no meio, auferem todos os vantagens da adaptação que se detentam com o próprio meio físico e moral. Os filhos da terra teriam, portanto, a gente a ser melhor aproveitada, e constituem um capital humano de inestimável valor. Isto, no entanto, não se verifica em nosso País; a mortalidade infantil alcança números elevadíssimos, quando comparado à de outros países: oscila em torno de 27 por mil a força de produção. Embora a natalidade entre nós seja magnífica, elevadíssima, ela não é aproveitada como deveria ser, pois o coeficiente de mortalidade infantil é "inferior a 50 nos países de alto padrão de higiene; inferior a 20 para os nossos irmãos argentinos e uruguaios; elevar-se entre nós uma cifra catastrófica: 217." (A. Almeida Júnior). Desde o início, portanto, existimos a capital humano; capital constituído do mais puro metal, do homem adaptado ao meio.

De outro lado, aqueles que atravessam o Rubicão da primeira infância não têm uma assistência eficiente, a sua vida é precária, pois os serviços que escapam à hecatombe da mortalidade infantil alcançam baixa longevidade, comparativamente a outros povos. O Prof. A. Almeida Júnior pesquisando, há poucas meses, em uma sociedade científica, na nossa Capital, retratou este aspecto da empolgante questão do modo claro e objetivo: Na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça, na Holanda, nos Estados Unidos a duração média da vida humana, graças aos respectivos meios de defesa da saúde física entre 60 e 65 anos, o recém-nascido norte-americano, por exemplo, tem diante de si a probabilidade de, quase 64 anos de existência. E o pequeno brasileiro, de todo o Brasil, menos de 40 anos de expectativa de vida, pois que este é o valor provável da vida "nacional".

Tal situação é lamentável; ainda mais lamentável é o incêndio dos nossos administradores, descuidados destes dados fundamentais; pois menos é o que justificamos nos planos administrativos, acaso trazidos ao conhecimento público. Mesmo considerando o estado higido do trabalhador como correspondente a uma capacidade produtiva equivalente a 100% e a produção de 100 unidades, o resultado de sua produção não chega a cobrir o desgasto que os mesmos produzem. Se imaginarmos que é deste trabalho que vamos tirar o produto para cobrir o consumo de energia dos inativos, veremos que estamos com uma dívida ainda mais pesada, sendo dramática.

Ainda o prof. Almeida Júnior mostra, em algarismos crús, o contraste de nossa situação com a de outros povos. "Cada criança em média produz 100 unidades norte-americanas leva 70 anos, o contar do dia do nascimento, para a sua formação biológica, psicológica e técnica. Esse peso é a compensação que o indivíduo põe que funciona em média, a partir dos 20 anos, perto de 45 anos em favor da sobrevivência. No Brasil, os 20 anos iniciais, tomadas pela formação, correspondem apenas outros 20, subseqüentes, de produção econômica. Fechado o balanço estatístico com um lucro igual a zero". Repetimos, isto considerando o trabalhador em sua integral capacidade física, psicológica, moral e técnica. O que não é verificável sobre nenhum povo, muito menos para o nosso.

Notemos outros pontos: o balanço fechado a zero em condições ideais e utópicas refere-se ao homem que produz, mas que não vive a realidade. Realmente a cada 100 indivíduos ativos correspondem na Itália, 66 passivos; nos Estados 65; na França 46; ao passo que no Brasil, 100 precisam trabalhar para alimentar a 189. E esses 100 não se bastam a si mesmos. Que imensa responsabilidade pesa nos ombros do trabalhador brasileiro!

Quais os meios para se dar o vigor hercúleo que sociedade lá está a exigir dele? Quais as providências dos poderes públicos para robustecê-lo? Não os conhecemos.

Ao contrário, o que vemos e conhecemos é uma massa de população miseravelmente desnutrida. Não poderia deixar de ser assim. Os números indicam um "déficit" entre a produção e o consumo. Alguém é prejudicado, e este alguém não é,

como se poderia supor, e fará de justiça, o inativo; mas exatamente o trabalhador é o sacrificado. Inicia este cálculo de vicissitudes pela própria alimentação. São os estudos que diariamente o dizem. Silva Melo afirma: "o saúde e a eliminação da nossa população constituem o problema capital, o mais relevante, a verdadeira problema número um do nosso país". "Não é um problema de vitaminas! É um problema de fome, de falta de alimentação, de simples insuficiência alimentar".

"O problema da alimentação nacional, principalmente nas classes pobres rurais, é antes de tudo um problema mais de quantidade que de qualidade alimentar".

Entre nós, Luiz Carlos Fonseca mostra categoricamente que a alimentação da população de Bauri, pleno centro produtivo e civilizado do Estado mais populoso e produtivo do Brasil, que a população pobre e trabalhadora de Bauri alimenta-se deficitariamente. Não pode deixar de ser inferior a produção de milho, quando o combustível é parcimonioso ou falta.

Além disso temos as doenças endêmicas — esquistossomose no município de Bauri, a malária por toda a parte, o amarelão generalizadamente, a tuberculose, a lepra, o cancer, o moléstia de Chagas a ceifar vidas e estorvar atividades.

Senhores, este o panorama do estado econômico do homem brasileiro. Mal sem remédio? Não. Mal não tratado, mas que está a exigir terapêutica eficiente. Conhecida a etiologia do mal, a sua causa, a sua razão, torna-se necessária a terapêutica adequada, com esforço, perseverança, com honestidade.

O "material humano" não é intrinsecamente má, ao contrário, é boa tempera. Ainda Silva Melo afirma: "nosso país tem um patrimônio hereditário de valor, talvez particularmente elevado no que concerne às nossas reservas morais e materiais".

Não é um povo de sub-homens, afirma Almeida Júnior. Bem orientado e bem nutrido competir com quaisquer povos civilizados, como documentou Holanda Lewis, num estudo verdadeiramente experimental, feito com o nosso trabalhador.

A mocidade das Escolas superiores compreende o problema e pode verificá-lo. Pode ele provocar, por meio de uma campanha sistemática e feroz uma manifestação dos nossos dirigentes, pode mostrar-lhes a raiz dos problemas e os meios de os resolver e, desta forma, influir nos parlamentares, que discutem mais questões de política partidária do que de política administrativa.

Eu concito esta mocidade idealista a propagar pela valorização do homem no Brasil, mas de uma maneira eficiente, profunda e realmente construtiva. Só, desta forma, poderemos elevar o patrimônio nacional, melhorando todos e cada uma de suas peças constituintes.

ALÍPIO CORRÊA NETO

# NOVA ETAPA NA VIDA DO PARTIDO

(Conclusão da 1.a pag.)

de São Paulo para reforçar as filiais do Partido Socialista, de que dependem os destinos do povo brasileiro.

### RESOLUÇÕES DE CARATER ORGANIZATÓRIO

Foram aprovadas as seguintes resoluções de caráter organizatório na reunião de Bauri:

a) Adotar, em todas as instâncias do Partido, os regulamentos internos respectivos, a fim de normalizar e padronizar as atividades administrativas;

b) reestruturar os grupos dirigentes que se afastaram da atividade regular;

c) adotar formulários padronizados com o objetivo de facilitar o redação de atas, informes, relatórios organizatórios e políticos das Comissões Municipais para o Estadual e desta para a Nacional, permitindo um volume maior de informações úteis para a atividade partidária;

d) normalizar a situação financeira das comissões, organizando a cobrança nos grupos distritais e entregando as quotas previstas pelos Estatutos dos respectivos instâncias partidárias;

e) as Comissões Municipais organizarão planos de trabalho para os grupos de base, e cuidarão da realização rigorosa desses planos, uma vez aceitos pelos grupos;

f) Para fins de maior contato entre as Comissões Municipais e a Estadual, o Estado será dividido em Zonas, de acordo com a importância demográfica, econômica e partidária, representadas por um delegado de Zona, eleito de acordo com os Estatutos. As Zonas realizarão uma reunião plenária pelo menos uma vez cada dois meses;

g) Incentivar ao máximo a distribuição do "FOLHA SOCIALISTA", órgão do Partido no Estado, promovendo assinaturas, venda e distribuição gratuita entre os trabalhadores da cidade de campo, no número mínimo de 50 (cinquenta) exemplares para cada comissão municipal;

h) As Comissões Municipais se esforçarão no sentido de organizar e promover o funcionamento eficiente das Comissões de Estudos destinadas à assistência técnica aos vereadores;

i) Promover a sindicalização de todos os elementos do partido;

j) A Comissão Estadual formulará, com a assistência da Comissão de Estudos, um projeto de decreto de loteamento e distribuição das terras próximas das cidades, a fim de incentivar a pequena produção agrícola (horticultura e indústrias da granja) com o estabelecimento de cooperativas de pequenos produtores. Esse projeto será apresentado simultaneamente em todas as Câmaras Municipais em que o Partido Socialista Brasileiro conte com vereadores;

k) Convocar a próxima reunião plenária para a Cidade de Santos.

## AOS MEMBROS DO PARTIDO DE S. PAULO

A Comissão Municipal de São Paulo chama a atenção dos membros do Partido para o seu dever de comparecerem a todas as sessões públicas, especialmente os atos comemorativos realizados sob a responsabilidade do P.S.B.. Esse dever partidário deve ser cumprido rigorosamente, não só porque nessas sessões é que os companheiros socialistas de diferentes organismos têm melhores oportunidades para estabelecerem a camaradagem e a convivência necessárias ao fortalecimento do Partido, como também porque a frequência muito reduzida de membros do Partido a esses atos públicos pode comprometer o nome do P.S.B. perante o povo, dando-lhe a impressão de que somos um organismo sem vida e sem unidade. Sob esse aspecto, por exemplo, a sessão comemorativa do 1.º de Maio, muito embora anunciada pela imprensa, deixou muito a desejar, porque contou com a presença de um número muito reduzido de membros do Partido. A Comissão Municipal lança, pois, um apelo à consciência socialista dos companheiros, para que fatos dessa natureza não venham a reproduzir-se, pois constituem um sério prejuízo para a causa do socialismo, pela qual nos batemos.

# Na Câmara dos Vereadores da Capital

## O Matadouro de Carapicuíba

Manifestando o seu ponto de vista com relação ao projeto do sr. José de Moura, que determina seja feita com urgência a reforma do Matadouro de Carapicuíba, o vereador socialista, companheiro Cid Franco, proferiu o seguinte discurso:

"Numa visita que também fiz ao Matadouro de Carapicuíba, não me interessei apenas em observar as péssimas condições de instalação, a sujeira, o atraso, a ignominia que aquilo é.

Fiquei preocupado com a vida dos trabalhadores que lá encontram.

Zoroastro Crê, por exemplo, um rapazinho de 17 anos, puxador de couro, trabalhava naquela imundície com a mão machucada. Não havia médico no momento. Parece que em momento algum existe médico do matadouro. Zoroastro ganha 869 cruzeiros e 50 centavos por mês.

Tito Medeiros tem 18 anos. Ganha o mesmo ordenado para trabalhar no guincho.

A vários operários perguntei se havia remédios para um caso de ferimento, de corte, de tombo.

— Não há medicamento algum — adiantou-me o sr. Júlio Rodrigues da Silva.

Dante de Lúcia é considerado "o melhor matambreiro". É o chefe da mancha. Trabalha longos anos no Frigorífico Wilson e há 10 anos que se encontra em Carapicuíba. Precisamente há 10 anos falou a uma das autoridades da Prefeitura sobre a urgência de se melhorar o matadouro.

Passaram-se os dois lustros e nada se fez em benefício do Matadouro, dos operários e do povo. Este comentaria: — oppresso-me em esclarecer — não é do melhor matambreiro. E' meu. Faça esta ressalva para não jogarem Dante no inferno.

Vi operários de pés no chão. Não há botas. Vi cachorros soltos e fartos — fartos como certos que tiram de Carapicuíba tudo o proveito que podem. Alguma coisa? Muita coisa.

Vendo os cães, pensei no equinocose.

E me espantei com a liberdade concedida aos cães e ainda com a liberdade concedida a certas formas de negócios calmamente instaladas em Carapicuíba.

Exemplo: o sangue.

Tudo o sangue do matadouro é aproveitado pelo sr. Conrado Pleschi. Antes era jogado no rio. Agora é canalizado para a indústria lucrativa do sr. Pleschi, cidadão que fala mal do nosso idioma, com um forte sotaque peninsular.

Comparei a fleugma do sr. Pleschi, o homem que suga o sangue de Carapicuíba, com a lufa-lufa dos operários, com o trabalho incessante dos rapaziños Zoroastro Crê e Tito Medeiros.

Carapicuíba — desculpem-me os sr's, Vereadores transmitir-lhes a impressão como a recebi — é um pesadelo de carne, de sangue, de excremento, de masas, de cães, de sujeira indizível e de lucros fabulosos.

Tão fabulosos que os seus beneficiários, os marchantes, querem eles mesmos reformar o matadouro, reconstruí-lo com o fim de explorá-lo, como até agora, por longas e longos anos.

E' inacreditável a proposta. Vale por um insulto ao poder público municipal. Sua desfachatez é tão grande e significa um tão perfeito atestado de incapacidade administrativa à Prefeitura que o sangue — não o sangue aproveitado pelo sr. Pleschi — nos sabe à face.

Depois de dizer que Carapicuíba é um complexo problema, o matadouro deve ser melhorado, higienizado e funcionar

(Continua na 6.a pag.)

## A nacionalização dos serviços de utilidade coletiva

Visando a nacionalização dos serviços de utilidade pública, tais como os de Força, Luz, Gás, Telefone, Transportes, etc., o companheiro Cid Franco apresentou o seguinte requerimento à Câmara de Vereadores:

"Requeiro ao sr. presidente da Câmara Municipal de São Paulo, ouvido o plenário, se oficie ao sr. presidente da Câmara Federal e ao sr. presidente da Câmara Estadual de São Paulo, em

face das dificuldades, cada vez maiores, em que vive a nossa população, com serviços de utilidade pública transformados em negócios, sugerindo àquelas egrégias casas a necessidade e a oportunidade de se debaterem os problemas da nacionalização dos serviços de força e luz, gás, telefone, transportes urbanos, carne e outros que sejam vitais para o bem estar e para a saúde da coletividade."

## UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL PARA FINS COMERCIAIS

A propósito do contrato do Teatro Municipal, o companheiro Cid Franco apresentou o seguinte requerimento à Câmara de Vereadores:

"Requeiro respeitosamente ao sr. prefeito, por intermédio da presidência da Câmara, os seguintes esclarecimentos:

"a) Quais as razões que justificam a exposição de um autômato Playboy na saguão do Teatro Municipal, de acordo com a notícia anexa, onde se lê: "Constituiu grande êxito a apresentação do autômato Playboy, que está exposto na saguão do Teatro Municipal".

b) Quanto aos cofres municipais estão recebendo por essa exposição comercial, que me parece absurda naquele recinto.

c) Quando será possível ao sr. prefeito remeter a esta Câmara o contrato firmado com a sr. Angiolina Grimaldi, contrato solicitado por mim, há muito tempo, em requerimento que não teve resposta.

d) Quantos mil ou milhões de cruzeiros a sr. Angiolina Grimaldi já recebeu, dos 5 milhões a que se refere o contrato?"

A propósito do assunto contido nesse requerimento, o representante socialista proferiu o seguinte discurso:

Sr. presidente, nobres vereadores:

Não fui feliz num requerimento em que solicitei ao sr. prefeito, há muito tempo, a graça de ler o contrato que a Prefeitura assinou com a sr. Angiolina Grimaldi, concessionária do Teatro Municipal.

Até hoje não tive resposta. Enquanto não a conseguir, voltarei de vez em quando a pedi-la, ou pelo menos a lembrá-la, porque o teatro é uma das minhas preocupações de obscuro professor de literatura.

No palco do Municipal, antes do vantajoso contrato que ofereceu à sr. Grimaldi 5 milhões de cruzeiros, vi o esforço de amadores e profissionais brasileiros que pretendiam elevar o nível dos nossos espetáculos: o Grupo Universitário de Teatro, o Grupo de Teatro Experimental e os "Comediantes".

Vejo agora, com prazer, o mesmo esforço empreendido pelo Teatro do Estudante, com a representação do "Hamlet".

Mas penso que o Teatro do Estudante constitui uma exceção na longa série de espetáculos oferecidos ao público pela sr. Grimaldi.

Essas iniciativas de valorização dos nossos elementos profissionais ou amadores deveriam ser mais frequentes. A triste verdade é que eles não encontram a compreensão e o auxílio dos poderes públicos, dispersando-se e fracassando conjuntos como os "Comediantes", espalhando-se cada vez mais as representações do Grupo de Teatro Universitário e do Grupo de Teatro Experimental.

Parece que o governo (federal, estadual e municipal) ainda não aceitou o princípio de que o teatro é produto de cultura e divulgador de cultura.

Merecem apoio, merecem auxílio os profissionais e amadores que assim compreendem a função do teatro. E seria muito mais interessante favorecer a existência de conjuntos nacionais de valor, profissionais ou não, do que apresentar conjuntos estrangeiros com alguns medallhões que raramente o público pode ver.

Cumpra educar o povo. O teatro não pode ser indefinidamente uma fonte de renda para empresários mal orientados. O teatro não pode fugir à sua missão educativa.

Há até momentos em que o teatro se transformaria em arma. Os Estados Unidos e a Inglaterra souberam aproveitar o teatro, o cinema e o rádio, como forças que auxiliaram a levantar o moral do povo na luta contra o nazifascismo.

A fleugma britânica provou a eficiência do rádio. Como remédio para calma de nervos, a B.B.C. irradiava óperas nos dias mais trágicos para os ovinsos.

Embora sejamos contrário a totalitarismo soviético, à ausência de liberdade em que vive o povo russo, devemos reconhecer que o teatro ajudou a Rússia a derrotar o nazismo.

Nosso primeiro escritor teatral bem compreendia a missão educativa do teatro. Escreveu autos, diálogos, pequenos peças que fazia representar ao ar livre, para divertir e catequizar os índios. E devia ser um espetáculo maravilhoso, no Brasil de Anchieta, a representação de qualquer coisa do seu "teatro" para os indígenas, para os filhos dos colonizadores, para os homens brasileiros que ele queria fraternizar.

Conta a lenda que numa dessas representações a índia ficou com medo de nuvens negras, anunciadoras de tempestade. Os espectadores iam fugir para os aldeias, quando Anchieta pediu que ninguém saísse. Apoiou-se e rezou. A chuva não caiu durante a representação. As nuvens permaneceram como um tálamo. Uma sombra refrascente. O aquilão desolou só depois do espetáculo. E' o que diz a lenda.

E Castro Alves? Também sentiu e compreendeu a importância educativa do teatro. No drama "Gonzaga", há uma profecia de liberdade que se pode estender a todos os povos escravizados, como ainda hoje existem pelo mundo, uma ostensiva, outros disfarçadamente escravizados. Pela boca do personagem Luis, um negro, dizia Castro Alves:

— "O sangue dos escravos dos homens é irmão do sangue dos escravos dos povos. Ambos caem na face dos algozes, ambos clamam vingança ao brinço do futuro".

## Departamento Jurídico da Prefeitura

O companheiro Cid Franco, leu, na Câmara de Vereadores, a seguinte indicação e, posteriormente a sua justificativa, que são as seguintes:

"Indica ao sr. Prefeito Municipal urgentes providências no sentido de:

1) Serem suspensas quaisquer medidas de reajustamento parcial de servidores da Prefeitura, bem como a criação de novas unidades de serviço ou modificação das já existentes.

2) Proceder-se a estudos para um reajustamento geral de vencimentos de funcionários e extra-numerários, bem como do operariado de obras.

3) Enquanto não se realizar esse reajustamento, suspender a admissão de novos servidores, excetuado o pessoal técnico e os trabalhadores necessários a obras projetadas ou em andamento".

Sr. Presidente:

Encontra-se em estudos numa das comissões desta casa um projeto lei reformando o Departamento Jurídico da Prefeitura.

Ora, esse Departamento veio sendo beneficiado por várias e recentes reformas.

Façamos um pequeno histórico. Até o final de 1933, existia na Prefeitura unicamente uma Procuradoria, a Procuradoria Fiscal, encarregada de toda a matéria jurídica de interesse da Municipalidade.

Ainda no governo Pires do Rio, criou-se a Comissão de Defesa Jurídica do Patrimônio, encarregada especialmente da obtenção de terrenos necessários à retificação do Tietê. Essa Comissão, em 1933, teve as suas funções englobadas a outras, todas a cargo de uma nova Procuradoria, então criada: a Procuradoria Judicial.

No governo Fábio Prado foi criada mais uma Procuradoria, a Administrativa.

Os próprios nomes estão indicando a discriminação de funções. A Procuradoria Fiscal se encarregava principalmente da cobrança da dívida fiscal; a Judicial, dos demais assuntos jurídicos do interesse do Município; a Administrativa, de realizar estudos e preferir pareceres em processos administrativos.

As três procuradorias passaram a constituir o Departamento Jurídico, dirigido por um diretor em comissão.

Pelo ato 1.146, de 1936, e pelo ato 1.400, de 1938, a organização do Departamento Jurídico era a seguinte:

Diretoria (diretor de livre escolha e de confiança do Prefeito). Procuradoria Fiscal (Divisão — Jur. 1). Procuradoria Judicial (Divisão — Jur. 2). Procuradoria Administrativa (Divisão — Jur. 3). Divisão de Cobrança Amigável (Jur. 4).

Pelo decreto-lei 340, de 1946, tirou-se do Procuradoria Administrativa uma soma de atribuições, criando-se outra unidade: a Procuradoria Patrimonial, que ficaram sujeitos os serviços de desapropriações amigáveis e de terras. Na mesma época, ficou determinado que fosse efetivo o diretor. O secretário dos Negócios Internos e Jurídicos passou a ser de livre escolha do Prefeito.

Assim, o Departamento Jurídico veio a ter a seguinte organização, que é a atual:

Diretoria, Procuradoria Fiscal, Procuradoria Judicial, Procuradoria Administrativa, Procuradoria Patrimonial, Divisão de Cobrança Amigável.

Por tanto, uma unidade orientada por um diretor efetivo.

O atual governo estadual se tem manifestado, reiteradamente, contra os cargos de chefia em caráter efetivo. Valendo-se politicamente dessa tese, chegou mesmo a afastar inúmeros funcionários, com graves prejuízos para os serviços e para os cofres públicos.

A Prefeitura de São Paulo foi ainda mais longe a esse respeito. Utilizou-se do mesmo recurso, com objetivos e efeitos idênticos. E agora, pelo que adiante se verá, repudia essa tese. Os afastados continuarão afastados, mas os protegidos terão importantes cargos efetivos, semelhantes, parciais e até superpostos aos daqueles funcionários.

Refiro-me ao projeto de criação de uma Diretoria Geral na Secretaria das Finanças, que foi objeto de discurso anterior, ao projeto de transformação do atual Departamento Jurídico em quatro departamentos e mais uma diretoria geral.

(Continua na 6.a pag.)

(Continua na 5.a pag.)

# A questão agrária no Brasil

Os socialistas sempre demonstraram o máximo interesse em resolver o problema agrário.

Não é de hoje que eles preconizam medidas tendentes a normalizar a situação do trabalhador rural.

Infelizmente, até agora, muito pouco se tem feito nesse sentido. A questão agrária se nos apresenta, nos dias de hoje, como um grande problema, de urgente e inadiável solução.

A luta de classes que, nestes últimos tempos, se vem desenvolvendo com grande intensidade, atingiu agora o seu clímax. A paz e a tranquilidade da Nação só estarão asseguradas, quando assegurada estiver o direito do trabalhador rural, do braço que revolve a terra para tirar-lhe do seio os seus produtos, aquilo que constitui verdadeira riqueza.

O direito do trabalhador, a assistência que lhe deve ser dada, sob todos os pontos de vista, quer moral, quer fisicamente, são pontos importantíssimos no setor agrário; embora não resolvam inteiramente a questão, constituem, cremos, elementos de grande valia para se chegar ao fim colimado.

Quem conhecer, como nós conhecemos, a vida dos nossos trabalhadores rurais, mal nutridos, mal vestidos, abandonados, à mercê de febres e de enfermidades várias, sem instrução para a sua prole, e, se tanto não bastasse, vergados sob o peso da exploração de patrões deshumanos, dar-nos-á razão, quando dissermos que não há solução para o problema agrário sem que primeiro sejam debeladas aquelas males.

Os socialistas do Brasil, no momento em que seus dirigentes se voltam para mais uma vez encorar tão magna questão, não fogem ao dever de, mais uma vez também, se colocarem na vanguarda dos que honesta e sinceramente procuram fazer alguma coisa em prol do trabalhador brasileiro, que, diga-se de passagem, é digno de melhor sorte.

Eis, em síntese, o que nos parece acertado fazer, primordialmente, em benefício da momentosa questão.

Concluída esta parte do tarefa é que devemos voltar as vistas para os demais aspectos do problema, que, ao nosso ver, estará assim posto em equação, restando apenas resolvê-lo.

Somos, todos o sabem, essencialmente democráticos, inimigos pois de transformações radicais violentas; todavia, defenderemos intransigentemente os princípios socialistas.

Muito se tem falado, nestes últimos anos, na mecanização da lavoura. Se nos confessarmos inteiramente de acordo com a adoção de métodos mecânicos modernos para melhor e mais barata ser a nossa produção, é preciso, indispensável também, fazermos algumas restrições.

É evidente que os nossos antiquados métodos não mais estão à altura das nossas possibilidades de produção, hoje milhares de vezes aumentada se a compararmos à da época em que foram introduzidos aqueles métodos. As restrições que os aludidos são as que se referem à proteção do lavrador, proteção moral e material, que deve caminhar pari-passu com a introdução do processo mecânico. É necessário sermos prudentes, e mais do que isso — humanos, para evitar que o progresso encontre o trabalhador desprezado e sem meios para prover à sua subsistência e à de sua família.

O Estado, como entendemos, fornecerá, inteiramente gratuitos, todos os utensílios necessários à produção agrícola e, ao mesmo tempo, velará pela saúde e pelo bem estar do homem do campo, não lhe negando jamais o direito e a justiça.

O seu trabalho será, dessa maneira, mais ameno e mais produtivo.

As necessidades do operário agrícola não podem ser discutidas pelos "grandes" potentados, senhores de vastas porções de terra, — os latifundiários; elas irão para o Parlamento levadas por legítimos representantes dos operários, ou mesmo diretamente por estes, quando esclarecidos e concientes.

O outro lado da questão, relativo ao regime político-social, implica em que o Estado esteja socializado e perfeitamente organizado, capaz de votar uma legislação baseada em princípios justos e sadios, e que a interpretação dessas leis se faça à luz clara da razão, respeitando-se tanto quanto possível o espírito do legislador.

Falamos assim para que o trabalhador não ande de "dêu em dêu" atrás de uma justiça mitológica através dos intrincados labirintos de uma burocracia ridícula.

Não é bastante dizer que a questão agrária se resolve com isto ou aquilo, com a mecanização da lavoura, etc. etc. Não. O problema é digno de acurado e profundo estudo e precisa, para a sua solução, não só o trabalho do governo, mas o de todos os brasileiros digno desse nome.

JUVENAL RODRIGUES DIAS  
MIGUEL OLIVEIRA  
(Araçatuba)

# REIVINDICAÇÕES NO CAMPO

A Comissão Municipal de Caçapava do PSB, não podendo comparecer por delegados à reunião do partido na cidade de Bauré, enviou o memorial abaixo, contribuindo assim para o estudo de um problema de capital importância na vida nacional.

## MONOCULTURA

A Região Valeparaibana é atualmente a maior produtora de leite do Estado, mas a exploração desse produto alimentício, vital para o homem, se faz ainda por processos primitivos. O gado é criado solto no campo, e em sua maioria compõe-se de gado mestiço, não leiteiro. Assim, grande área de terra é ocupada única e exclusivamente pelo gado, não cuidando o fazendeiro de qualquer cultura, mesmo a de forrageiras. Disso decorre um desequilíbrio na produção anual de leite, havendo muito leite na época das águas, e pouco na seca. Supõem os atuais fazendeiros que quanto mais pasto houver mais gado haverá. O certo seria ter gado em menor quantidade, mas mais produtivo, tratado mais racionalmente e que ocupasse menor área de terra. A monocultura é um grande mal e está tornando esta zona pobre e despovoada. Fazendas outrora repletas de gente estão hoje desertas, pois uma grande fazenda que produz apenas leite ocupa quando muito seis homens. Urge que sejam tomadas providências no sentido de tornar obrigatória a policultura, e um dos meios de conseguir isso seria onerar as terras não cultivadas com impostos progressivos.

## TERRAS

As poucas terras cultiváveis do Vale do Paraíba estão ocupadas pelos arren-

datórios, e o arrendamento se faz por preços proibitivos. Esse mal não ocorre somente nesta região, mas em outras regiões do Estado. O arrendamento cobrado atualmente por alqueire varia de 3.500 a 10.000 cruzeiros por ano. Alguns donos de terras as arrendam somente para a formação de pastos. Outros exigem dos arrendatários 45% da produção, correndo por conta do arrendatário todas as despesas com o preparo da terra e os demais gastos. Assim o pequeno lavrador jamais sairá de sua situação de pauperismo, tornando-se verdadeiramente escravo do dono da terra, que não a cultiva e vive à custa do arrendatário. Seria necessário que o arrendamento fosse feito de acordo com o valor real da terra.

## SEMENTES

O Estado fornece sementes aos agricultores, mas sua seleção não tem demonstrado ser das melhores. Há casos em que o agricultor solicita uma determinada variedade de leguminosa, e depois de plantada a semente nasce coisa diferente. O cidadão deseja plantar couve-flor, prepara a terra com os adubos apropriados, e com grande espolto vê nascer chicória. O descaço com que as repartições oficiais tributa a agricultura somente poderá contribuir para o abandono da terra.

## ADUBOS

Sendo o adubo fabricado com matéria prima importada, essa matéria prima deveria ser isenta de direitos alfandegários, para que o produto ficasse a preços mais razoáveis. O custo de uma tonelada de adubo varia atualmente de 2 a 3 mil cruzeiros. Esse mesmo adubo

custava, antes da guerra, de 600 a 700 cruzeiros.

## MAQUINAS AGRICOLAS E FERRAMENTAS

Deve ser pleiteado o fornecimento, pelo Estado, de ferramentas e máquinas agrícolas aos pequenos agricultores, a preços de custo e com facilidades de pagamento. Em todas as cidades onde o governo mantém casas da lavoura, deveria existir estoque pelo menos de ferramentas.

## PREÇOS

Devemos pleitear o estabelecimento de preços mínimos para a produção agrícola. Como é do conhecimento de todos, não há preços mínimos para os produtos agrícolas. Em consequência, em época de colheita os grandes negociantes monopolizadores impõem o preço que bem entenderem ao lavrador. Este, que antes da colheita ficou devendo no armazém, na farmácia, na loja, é obrigado a vender o produto de seu trabalho mesmo com prejuízo, afim de poder saldar suas dívidas.

## FINACIAMENTO

O financiamento agrícola não resolve a questão agrária. De nada valerá o financiamento sem que o homem do campo se liberte do senhor da terra, dos grandes latifundiários e dos trustes. A pequena propriedade está se extinguindo nesta região. O financiamento de nada vale, principalmente para os que plantam em terras alheias.

## ARISTIDES PRADO

PEDRO LINO VIEIRA JUNIOR  
(Caçapava)

# Utilização do Teatro Municipal para fins comerciais

(Conclusão da pg. 4)

O exemplo dos "Comediantes" foi admirável. No Municipal, no Santana, no Boa Vista, marcaram época, na história cultural da cidade, os debates públicos sobre as peças de Eugene O'Neill e Jean Anouilh, por exemplo, em seguida ao espetáculo.

Tive o honra de ser convidado por Miralva Silveira para orientar os debates do Santana e do Boa Vista e dou aqui o meu testemunho sobre o interesse do público pelas questões que foram discutidas até altas horas.

O povo se interessa pelo teatro como veículo de cultura. O que não tem havido, na medida necessária, é a compreensão e o estímulo das autoridades.

Quero chamar a atenção dos srs. Vereadores, particularmente a atenção dos srs. membros da Comissão de Educação e Cultura, para a Escola de Arte Dramática fundada recentemente nesta cidade por alguns idealistas que vêm no teatro alguma coisa mais do que um passatempo, um divertimento, uma brincadeira. Anima-os o mesmo entusiasmo que notamos em França, por exemplo, entre os universitários do Grupo de Teatro Antigo. Oportunamente falarei sobre o esforço dos amadores brasileiros que fundaram a escola.

A verdade é que o teatro deixou de ser, em nossos dias, um meio de se fazer uma boa digestão. O teatro, o rádio e o cinema são assuntos relacionados com a educação e a instrução do povo. Nenhum governo moderno bem orientado pode ignorar o seu dever de cuidar carinhosamente desses três assuntos.

Quanto ao teatro, é absurdo transformá-lo em concessão que benefício o bolso de particulares, com esquecimento dos altos interesses da cultura popular.

Trazer de vez em quando um Glígli à nossa terra é mais fácil e mais lucrativo do que apresentar conjuntos teatrais brasileiros que compreendam e realizem a missão cultural do teatro. Mas tais conjuntos só se formaram com escolas de

arte dramática e auxiliados pelo poder público.

Sr. Presidente, estas palavras com que abusi da atenção de v. exa. e dos nobres Vereadores revelam a importância que dou ao teatro no mundo moderno.

Ora, há dois dias, passando pelo saguão do Teatro Municipal, tive a surpresa, a muito esquisita surpresa de lá encontrar um automóvel, em exposição. — Que será isto? — perguntei aos meus botões. — O Municipal é agora uma vitrina de automóveis?

E antes, sr. Presidente, li na "Folha da Manhã" uma notícia ilustrada com importante fotografia. Era o seguinte legenda do clichê:

A apresentação do Automovel Playboy — Constituiu grande êxito a apresentação do automovel Playboy, que está exposto no saguão do Teatro Municipal. À inauguração estiveram presentes d. Leonor Mendes de Barros, o sr. Paulo Lauro, prefeito municipal, representantes consulares e do alto comércio além de numerosos outros convidados, agentes da Cia. Pneumáticos Cooper Baranowsky, distribuidores exclusivos da Playboy para para todo o território nacional. No clichê um flagrante tomado durante a reunião.

Esclareço que no clichê vemos o sr. prefeito. Esclareço que na legenda os dizeres Playboy e Cooper Baranowsky estão com todas as letras em maiúsculo, para bem se destacarem, como é costume na propaganda comercial.

E agora pergunto: — Não é estranho isso? Então o saguão de um teatro oficial, o saguão do Teatro Municipal de São Paulo, sr. Presidente e nobres Vereadores, é lugar apropriado para se apresentar ao público um novo tipo de automovel? E ainda mais com a presença do sr. Prefeito?

Em minha vida de entusiasta do teatro, como professor de literatura, como crítico teatral e como simples espectador, eu nunca vira semelhante coisa. E até há pouco supunha que os locais

de propaganda de automóveis eram apenas as lojas comerciais que se encontram pelos quatro cantos da cidade.

No saguão do Municipal eu gostaria de ver o sr. prefeito inaugurando exposições de cenários, figurinos, retratos de escritores e artistas. Não seria mais consentâneo com as funções do sr. Prefeito, por exemplo, vermos a figura de v. exa. inaugurando, no saguão do Municipal, um busto de Martins Pena, o criador do comédia de costumes no Brasil?

Mas um automóvel!... O Playboy!

O Playboy exposto ao público no saguão de nosso teatro oficial, como se aquilo fosse uma loja de propaganda automobilística, uma vitrina!...

Enfim, pode ser que tudo isso esteja certo e que tudo isso termine de acordo com aqueles versos de Shakespeare, em adaptação de Castilho para a português: "O embaralhar da sorte ao cabo tudo limana".

João sempre afinal acerta com Joana". Enquanto o acerto não se verifica, Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de enviar à mesa um requerimento".

## BALANCETE DOS NUMEROS 5 E 6 DE

### "FOLHA SOCIALISTA"

#### RECEITA

Saldo do número anterior .....	523,80
Contribuições .....	8.200,00
Venda avulsa:	
Capital .....	1.180,00
Santos .....	750,00
Ceará .....	500,00
Lins .....	70,00
Mogi das Cruzes .....	50,00
Sorocaba .....	100,00
S. José dos Campos .....	120,00
Assinaturas .....	3.700,00
Total .....	15.193,80

#### Despesa

Tipografia .....	6.000,00
Despesas de remessa .....	314,80
Impressos .....	280,00
Ordenado .....	733,00
Despesas administrativas .....	340,70
Total .....	7.668,50
Saldo .....	7.525,30

# OBJEÇÕES IMPROCEDENTES

(Conclusão da 2.a pag.)

mana, sob a atual condição de proletário. Isto é uma verdade que, pelo fato de haver sido dita pelos apóstolos, por São Tomas, por vários Papas, nada impede seja perflhada pelos socialistas e comunistas. Sem resolver o problema da quele mínimo de conforto material, que adianta a liberdade oferecida pela burguesia?

Eis por que insistimos no lema do Partido Socialista Brasileiro: — *socialismo e liberdade.*

— 0 —

5) — O que é a liberdade burguesa? Poderíamos transcrever o que já publicamos, há tempos. Vamos, porém, responder com a palavra insuspeita de Ignace Lepp, publicada no *Témoignage Chrétien*, da que é diretor o padre jesuíta Pierre Chaillet, tão conhecido e admirado nos meios católicos do Brasil.

Para o burguês, a liberdade é, sobretudo, a independência, a possibilidade de dispor de sua pessoa e de seus bens, à vontade e sem contraste. A Revolução de 1789 foi a vitória da burguesia, e a Declaração dos Direitos do Homem não é outra coisa que a codificação da concepção burguesa da liberdade. É claro que esta liberdade, tendo dado à burguesia o poder e a glória, seja por ela considerada modelar e como o ideal mesmo de toda a liberdade, isto é, como a forma única de liberdade verdadeira.

Ora, as constituições que se inspiraram na Declaração de Direitos do Homem começaram por proibir toda associação de trabalhadores, para a defesa de seus interesses, em nome da própria liberdade. O operário não tardou a perceber que esta liberdade somente beneficiava o capitalista, a quem nada mais impediu de escravizar o trabalhador à lei inhumana da Produção e do lucro. Marx não estava errado ao dizer que essa liberdade tão exaltada se limitava, para o trabalhador, à liberdade de trabalho quer dizer que a "força do trabalho" pode ser comprada, no mercado, e submetida à lei de oferta e procura, que somente beneficia o trabalhador, em momentos excepcionais. Por muito completa que seja a liberdade econômica, não pode gozá-la o homem que não tem dinheiro. Impossibilidade de adquirir instruções suficientes, a liberdade de pensar é para o homem do povo um engodo: ele não tem capacidade de pensar de maneira diferente do jornal que lê ou do meio em que vive. A famosa liberdade política é para ele uma simples mistificação, pois o deixa a mercê da propaganda, somente acessível aos que detêm o poder econômico e, portanto, faccioso ou demagógico.

A isto se reduz, para o trabalhador, a liberdade burguesa.

— 0 —

6) — A única liberdade pela qual o proletariado, e com ele todo o povo, está pronto a se bater, é a liberdade coletiva. O proletário moderno tem a consciência quase instintiva de que não é um átomo independente, cuja liberdade estaria desligada da dos outros, mas sabe, ao contrário, que é um membro da coletividade. Os autores marxistas não podem deixar de julgar o escravo de outrora mais livre do que o proletário moderno. O escravo e o servo não tinham, certamente, nenhuma independência, mas eles faziam parte de

uma comunidade que não os abandonava. Não lhes faltava, pelo menos, o necessário para viver, porque isto mesmo estava no interesse dos senhores.

O operário moderno aspira ao estabelecimento de uma comunidade, no seio da qual o homem não estará só de uma ordem social que permita a todos os homens viver, como homens. Tanto pior se o estabelecimento de uma ordem tal exija o sacrifício da liberdade individual de alguns. Ele jamais conheceu esta liberdade individual e não tem, portanto, nada a perder. Ele sente que não será livre senão na liberdade coletiva.

Queremos também o homem livre, mas num mundo livre.

— 0 —

7) — ESTAMOS vendo que, para sermos realistas, devemos punar pela união dos democratas para a defesa da democracia; mas, como afirmávamos no artigo "Bases para a defesa da democracia", esta obra "tem de basear-se numa doutrina que alie os imperativos da liberdade civil e política à necessidade de transformar a estrutura econômica da sociedade, de modo a possibilitar a solução dos problemas que mais afligem o povo".

A bandeira, pura e simples, da liberdade burguesa, não interessa aos trabalhadores, nem ao povo em geral. Ela tem de ir acompanhada das reivindicações justas, oportunas e inelutáveis dos trabalhadores. Foi esse o pensamento do Partido Socialista Brasileiro, em que se transformou a Esquerda Democrática.

Não nos consideramos apóstolos de uma nova cruzada. Somos absolutamente realistas na formulação das soluções. Bem sabemos que a palavra do bom senso custa a romper a rotina e os preconceitos. Mas sabemos também que o nosso triunfo, neste país, está próximo. Os outros partidos, atolados no imediatismo, estão caindo no descrédito público, apesar das excelentes figuras que ainda nêles militam. Ou eles adotam o rumo certo, ou perecerão, ingloriamente, como têm desaparecido todos os nossos partidos políticos.

— 0 —

8) — EM 5 de julho de 1922, um grupo de brasileiros se levantou em Copacabana, empunhando uma bandeira. Os imediatistas os consideraram uns loucos. Oito anos depois, a Nação brasileira se levantava quase unânime, em torno daquela bandeira: — dar ao povo brasileiro o direito de escolher os seus governantes.

Em 25 de agosto de 1945, outro grupo de brasileiros lançou o Manifesto da Esquerda Democrática, afirmando sim, que a Liberdade era imprescindível ao homem, mas que impunha também, com a mesma veemência, a supressão das desigualdades sociais e dos antagonismos de classe. Somos tachados de sonhadores, como foram os revolucionários de 1922. Mas a Nação brasileira está compreendendo que nós somos, na verdade, intérpretes de suas aspirações e necessidades elementares. Eramos 53 brasileiros daquela data. Somos já cerca de 100.000, nestes dias. Havemos de ser o grande partido popular do proletariado e da classe média que aglutinará todos os autênticos democratas deste país, para realizarmos como dizia Maritain, não a "democracia falada", mas a "democracia real", vivida e eficiente. DOMINGOS YELASCO

# DEPARTAMENTO JURIDICO DA PREFEITURA

(Conclusão da 4.a pag.)

Será oportuna essa reforma, nas condições atuais de crise financeira paró Estado e para o Município?

Evidentemente não. Primeiro, porque não se trata de uma verdadeira reforma administrativa, inspirada no interesse público. De fato, com ela apenas se pretende: a) consolidar o afastamento atrabilatório do atual diretor; b) elevar para departamentos os procuradores existentes; c) transformar hierarquicamente, os atuais subprocuradores em outras tantas procuradorias, de acordo com emenda já divulgada pela imprensa; d) possibilitar nomeações arbitrárias, com apóio no expediente condanavel do livre provimento. Quanto ao mais, tudo permanecerá na mesma, notadamente do ponto de vista do agrupamento dos serviços jurídicos. O que era subprocuradoria vai ser procuradoria. As procuradorias, por sua vez, terão o nome de departamentos. E o atual Departamento Jurídico vai chamar-se Diretoria Geral da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos. Em resumo: — simples medidas de caráter pessoal e um disfarçado aumento de vencimentos a vantagens para uma classe que já desfruta de situação mais do que privilegiada no funcionalismo do município.

Segundo, porque seria profundamente injusto melhorar ainda mais a privilegiadíssima situação dos advogados. Realmente, enquanto os demais diretores de departamentos percebem 8.500 cruzeiros mensais, os novos diretores irão perceber 14.166 e o diretor geral 15.000 mais do que o próprio secretário dos Negócios Internos e Jurídicos, mais do que os outros secretários. Enquanto os chefes de Divisão — órgãos equiparados às Procuradorias — percebem: 6.500 os Secretários; 7.000 os contadores 8.000 os engenheiros; os titulares das Procuradorias perceberão 13.333.

Se compararmos a situação dos engenheiros e médicos da Prefeitura com a dos Advogados, veremos que ha uma enorme desproporção nos respectivos vencimentos, encontrando-se os advogados num plano muitas vezes superior.

Mas, se compararmos a situação desses profissionais com a dolorosa, revoltante, quase miserável situação do pessoal menor, chegaremos a conclusões como esta: — ha extra-numerários e funcionários, em número elevadíssimo, com encargos de família, percebendo pouco mais de 1.000 cruzeiros mensais, numa cidade em que a vida se torna cada vez mais difícil.

A segunda comparação revela, portanto, uma injustiça ainda maior. Quem poderá negar a mais urgente necessidade de corrigirmos tamanho erro.

Jamais o corrigiremos enquanto pensarmos apenas em conceder mais benefícios aos senhores advogados da Prefeitura.

Outro parmenor: — a fim de encobrir o vulto da despesa decorrente dos elevadíssimos vencimentos propostos para os cargos especificados, são suprimidas funções auxiliares essenciais (assistentes e auxiliares de gabinete), que logo depois terão de ser restabelecidas, sob a alegação de sua absoluta necessidade. O projeto não cogita, ao que estou informado, das despesas de instalação e funcionamento de pomposos gabinetes, condizentes com os régios vencimentos dos seus ocupantes. Não fala dos autômatos que serão postos à disposição dos novos diretores como é de praxe na Prefeitura, para seu serviço exclusivo. Só em automóveis, podemos calcular uma despesa aproximada de mais de 30.000 cruzeiros por unidade.

Nestas condições, sr. presidente, parece-me absurda a reforma que se projeta e peço licença para proceder à leitura de uma indicação, solicitando que seja encaminhada, com urgência, às comissões competentes, a fim de que os mesmos verifiquem se deve ser transformada em projeto de lei."

# O MATADOURO DE CARAPICUIBA

(Conclusão da 4.a pag.)

sem solução de continuidade, para que o negócio da carne se desvie das garras monopolizadoras, o orador faz referências aos monopolizadores do comércio da carne, prossequindo:

"Mas a reforma do Matadouro de Carapicuíba não deve ser feita por particulares, pelos srs. Ernesto Senise, Oto Pecego etc., cujas vantagens futuras seriam aumentadas e reforçadas. Se ao poder público fazê-la, no cumprimento de um dever social, acatelando os interesses do povo contra os negociantes que se instalaram em Carapicuíba e contra os frigoríficos.

Temporariamente, enquanto não pudermos nacionalizar o fornecimento de carne à população, como está nacionalizado o fornecimento de água, como se há de nacionalizar também o fornecimento de luz e força, além de outros serviços de utilidade pública vital, compre evitar os trusts da carne.

E tenhamos a coragem de dizer claramente ao povo que é tão absurdo alheios homens explorarem a sua fome como explorarem a sua sede. Imaginemos que o fornecimento de água não estivesse a cargo do poder público e fosse um negócio explorado por uma companhia nacional ou estrangeira.

Depois de outras referências ao mesmo ponto, interroga:

"Por que então permitimos indefinidamente que isso aconteça com a carne? Por que permitimos que isso aconteça com a luz e a energia elétrica? E ainda com o gás? E com as ligações telefônicas?"

Todos esses serviços são de utilidade pública, devem ser encarados "problemas sociais" e não negócios. Porque, enquanto forem considerados negócios, enquanto os admitirmos e aprovamos do ponto de vista do "lucro" e não do "serviço", eles não beneficiarão realmente a coletividade."

O orador socialista tace longos comentários sobre algumas companhias concessionárias de serviço público, para terminar a seguir:

"Nosso dever, senhores vereadores, é começar a bater ríjamente na tecla da nacionalização e da socialização dos serviços de utilidade geral, dos serviços que são "problemas sociais" e não assuntos que devamos deixar para sem-

pre nas garras de uns poucos beneficiários do país ou do estrangeiro.

Nesta ordem de idéias, proponho que a Câmara dos Vereadores de São Paulo se dirija à Câmara dos Deputados Federais e à Câmara Estadual de São Paulo, lembrando a necessidade e a oportunidade de se debaterem, naqueles plenários, os problemas da nacionalização dos serviços de força e luz, gás, telefones, transportes urbanos, carne e outros que sejam vitais para o bem-estar e para a saúde da coletividade. Se devemos ser favoráveis à nacionalização do petróleo, riqueza que vamos explorar em benefício do país, sejamos favoráveis à nacionalização de riquezas que outros estão explorando há longo tempo, mas em benefício próprio que do povo. —

Enquanto não realizarem essas aspirações de justiça humana, entre as quais eu incluíria a residência, evitemos nós, em São Paulo, no que se refere à carne, tanto o perigo dos trusts como o perigo de marchantes que se querem transformar em danos de um Matadouro Municipal.

A reforma de Carapicuíba deve ser feita pela Prefeitura e não pelos marchantes, parecendo-me inaceitável o projeto do vereador José de Moura.

As irregularidades que evidentemente existem no matadouro devem ser apuradas e anualmente publicadas pela comissão de inquérito que as está investigando. E que os responsáveis sejam punidos."

Merceu, ainda, o discurso do comp. Cid Franco, que foi ouvido com grande atenção por toda a casa, um aparte do sr. Junio Quadros que veio corroborar a impressão desagradável que o vereador socialista teve da situação dos trabalhadores daquele matadouro. O matadouro de Carapicuíba — afirmou o sr. Junio Quadros — se é um paraíso para os cães, não deixa de ser, entretanto, um verdadeiro inferno para os homens que lá trabalham.

Foi a seguir aprovado por unanimidade um requerimento da companhia Cid Franco, pedindo informações sobre o andamento do inquérito mandando apurar as irregularidades verificadas naquele matadouro.

# Contra a organização da Juventudes

(Conclusão da 2.a pag.)

tude dos primeiros anos da Revolução e a velha guarda de militantes como Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Bukharin, Muralov, Rikov e tantos outros mais ter de fuzilados como "fascistas" e "traidores" pelos jovens amadurecidos nas escolas de policia da GPU.

Essa questão de idade é muito séria, não só na vida comum, mas também e particularmente no âmbito da atividade política. O Partido Socialista deve analisá-la com uma seriedade correspondente, a fim de não incorrer em erros já evidenciados por todo o recente passado histórico. Nos corpos militantes, nas competições esportivas, nos jogos de recreio, é natural o mesmo recomendável que uma rigorosa seleção física — pois é também disto que se trata — seja o melhor critério para qualquer tarefa de organização. Em política, porém — embora certas tarefas especiais devam de preferência ser confiadas aos jovens e às mulheres — é inadmissível que os

militantes mais velhos e em geral mais experientes trabalhem em organizações próprias, separadas, diferentes. Devemos desejar, ao contrário, que todos exercem entre si, reciproca e salutarmente, as suas respectivas influências: de tal maneira que a mulher encontre no homem um amparo para a sua fraqueza, e o homem na mulher um estímulo em seus instantes de desânimo; o velho e o jovem no homem maduro o necessário equilíbrio, e este naqueles a prudência e o "élan" que toda ação revolucionária exige.

Nada de nos organizarmos politicamente por idade. O pensamento político deve resultar da livre discussão, travada em um mesmo conjunto orgânico, entre todos os seres pensantes que façam parte dos nossos quadros, sem nenhuma distinção de classe, raça, nacionalidade, profissão, sexo, idade, cor, peso, estrutura...

ARISTIDES LOBO.

PREÇO DESTE EXEMPLAR Cr. \$ 1,00

Pague o preço do seu exemplar de FOLHA SOCIALISTA, afim de permitir a saída regular do jornal do Partido.

NOTÍCIAS DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

**Regimento Interno da Comissão Municipal do Município de São Paulo**

(Aprovado em Assembléia Municipal de 19 de janeiro de 1948)

Preâmbulo: De acordo com o art. 62 dos Estatutos do Partido Socialista Brasileiro, a Assembléia Municipal de São Paulo, para uso do Município, aprova o seguinte Regimento Interno:

**CAPÍTULO I**

**Das Assembléias Municipais e Distritais**

Art. 1.º — A Assembléia Municipal do Partido Socialista Brasileiro na cidade de São Paulo será convocada ordinariamente, na primeira quinzena dos meses de janeiro e julho de cada ano, e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 2.º — A Assembléia Municipal será convocada extraordinariamente por deliberação da Comissão Executiva Municipal ou a requerimento dos direções de um terço ou mais dos grupos organizados no Município, na forma do art. 11 dos Estatutos do Partido.

§ único — As direções dos grupos apresentarão pedido de convocação com exposição de motivos à C.E.M. que fixará a data de sua realização para dentro de 15 dias a contar do recebimento do pedido.

Art. 3.º — A convocação da Assembléia Municipal far-se-á mediante publicação de aviso na imprensa diária e partidária e comunicação escrita aos presidentes de grupo, com antecedência mínima de 8 dias.

§ 1.º — Tomando conhecimento da convocação, os presidentes de grupo reunirão os respectivos organismos afim de indicarem os delegados que os representarão na Assembléia, na forma do art. 11 dos Estatutos.

§ 2.º — De aviso de convocação da Assembléia deverão constar dia, local e hora de sua realização e a ordem do dia; o local será a sede do C.M., salvo motivo excepcional que determine a designação de outro, na cidade.

§ 3.º — A C.E.M. distribuirá aos grupos em tempo útil, para conhecimento e estudo, a documentação necessária a elucidação das questões a serem tratadas.

Art. 4.º — A Assembléia Municipal realizar-se-á em primeira convocação com a presença de mais da metade dos delegados credenciados, e em segunda, com qualquer número, observado intervalo mínimo de 24 horas, e máximo de 72, para sua realização.

Art. 5.º — A Assembléia Municipal será instalada pelo presidente da C.E.M. que fará a chamada dos delegados para verificação de suas credenciais e identidade e, verificada a existência de quorum nos termos do artigo anterior, promoverá a eleição da mesa, a qual transmitirá a seguir a direção dos trabalhos.

§ 1.º — A mesa diretora dos trabalhos da Assembléia será constituída, pelo menos, de presidente, primeiro e segundo secretários.

§ 2.º — Ao presidente compete presidir a Assembléia; ao primeiro secretário compete lavrar e ler o ato, organizar o material para os trabalhos e substituir o presidente em suas ausências; ao segundo secretário compete auxiliar o primeiro e substituí-lo em suas ausências.

§ 3.º — As listas de chamada e as credenciais poderão ser examinadas por qualquer membro da Assembléia, por intermédio da mesa diretora.

Art. 6.º — As direções dos grupos remeterão a relação de seus delegados

(Continúa no próximo número)

**Atividades dos grupos de base na Capital**

**Grupo 2 — Profissional — Médicos: —**

Em sua reunião de 14 de maio último, o grupo efetuou sua reestruturação, elegendo nova direção, com mandato até 14 novembro de 1948. Essa direção ficou constituída da seguinte forma: Presidente — Joaquim Vieira Filho; secretário — Ari Lex; tesoureiro — Braz Belmonte. O grupo vem elaborando um plano de trabalhos práticos, além do serviço de assistência médica já organizado, para atender aos membros do Partido. Esse plano constará, entre outras coisas, da realização de uma série de palestras e conferências sobre a socialização da medicina, higiene e saúde popular e outros assuntos médicos.

Grupo 1 — Distrital — Centro — O grupo, além além de suas tarefas normais de divulgação do material de propaganda do Partido entre seus membros e simpatizantes e para o público em geral, elaborou um sólido plano de trabalho compreendendo a realização de debates sobre temas políticos e programáticos, a ampliação dos cursos dados pelo Partido e a realização de estudos sobre os problemas mais prementes dos bairros do Centro e adjacências. As reuniões do grupo, que se realizam ordinariamente na sede do Partido, às quartas-feiras, à noite, têm sido bastante concorridas, notando-se entre os companheiros que delas participam grande interesse pelo trabalho partidário e sensível desenvolvimento político.

Grupo 2 — Distrital — Pinheiros — Embora contando com reduzido número de membros, o grupo vem realizando regularmente suas reuniões, à rua Fregedez Coutinho, 303, às quartas-feiras, alternadamente. O grupo organizou um trabalho sobre os problemas mais sentidos do bairro, para servir de base para o seu trabalho de divulgação e propaganda entre os habitantes do mesmo. Vem realizando, igualmente, debates sobre a questão sindical e o problema do petróleo.

Grupo 4 — Distrital — Vila Mariana — O grupo vem se desenvolvendo bastante, contando com elementos de espírito militante e entusiastas do trabalho partidário. Várias visitas a fábricas do bairro já foram realizadas e outras visitas dessa natureza constam das tarefas normais do grupo. Dado o desenvolvimento verificado, o grupo está procurando instalar sede própria, no bairro, a ser custeada com recursos do próprio grupo.

**BIBLIOTECA SOCIALISTA**

O Grupo Profissional n.º 1 da Capital, foi encarregado pela Comissão Municipal de organizar uma biblioteca de divulgação, destinada aos socialistas de São Paulo. Para iniciar essa biblioteca, o Grupo solicita de seus membros e de demais companheiros a oferta de pelo menos um volume da relação seguinte, fazendo a entrega à rua Bráulio Gomes, 25, 10.º andar sala 1.002:

- Marx — Manifesto Comunista; Marx — 18 Brumário de Luis Bonaparte; Marx — O Capital — resumo; Engel — Anti Dukring; Plekanof — As questões fundamentais do marxismo; Rosa Luxemburgo — Reforma ou Revolução; Kautski — A questão agrária; Kropotkine — Memórias; Engels — Socialismo utópico e socialismo científico; Marx — Contribuição à crítica da Economia Política; Marx — A miséria da Filosofia; Mathiez — História da Revolução Francesa — 3 volumes; Max Beer — História do Socialismo e das lutas sociais — 2 volumes; Max Beer — Karl Marx; Sidney Hook — O herói na história; H. Pirenne — História econômica e social de la Edad Média; H. Séé — Los origenes del capitalismo moderno; Cuvillier — Introdução à sociologia; Menzel — Introduction a la sociologia; Max Weber — História Econômica; Gras — Introdução à historia economica; René Gonnard — Historia das doutrinas economicas — 2 volumes; Caio Prado Júnior — Formação do Brasil contemporâneo; Caio Prado Júnior — Historia Economica do Brasil; Caio Prado Júnior — Avaliação politica do Brasil; Oliveira Viana — Formação do povo brasileiro; João Ribeiro — Historia do Brasil; Ronald de Carvalho — Pequena Historia da Literatura Brasileira; Sérgio Buarque de Holanda — Raizes do Brasil; Delgado de Carvalho — Principios de Geografia Humana; Juarez Távora — O petróleo no Brasil; Pedro Mortara — O problema da carne; Edgard Fernandes Teixeira — A produção do trigo no Brasil; Aluisio Alves — A previdencia social no Brasil; Domingos Velasco — Comunismo e Democracia; Crossman — Biografia del Estado Moderno; Hermes Lima — Problemas Brasileiros.

**AS ATIVIDADES SOCIALISTAS NO PIAUI**

**Troca de telegramas entre o Deputado João Mangabeira e o Governador Rocha Furtado**

O deputado João Mangabeira dirigiu o seguinte telegrama ao governador do Piauí:

"Como presidente do Partido Socialista Brasileiro, venho reclamar a v. exa. contra a censura inconstitucional imposta à manifestação do pensamento da secção do partido nesse Estado, impedida assim de exercer livremente, e dentro da ordem, como sempre tem exercido, a sua atividade politica. Confiança no espirito de legalidade de v. exa. e firmado no § 5 do art. 141 da Constituição, aguardo as providências que o caso exige e espero de v. exa. uma resposta."

**RESPOSTA DO GOVERNADOR DO PIAUI**

O governador Rocha Furtado respondeu ao companheiro João Mangabeira nos seguintes termos:

"Em resposta ao telegrama urgente de v. exa., de hoje datado, tenho a honra de esclarecer-lhe, como já tive oportunidade de fazê-lo, por intermédio do deputado José Cândido Ferraz, que o meu governo jamais impediu a livre manifestação do pensamento ou a atividade politica de qualquer partido legal, e tão pouco impôs qualquer restrição à propaganda do Partido Socialista Brasileiro. Medidas haviam sido adotadas, e que lamento tenham chegado deformadas ao conhecimento de v. exa., visando tão somente a impedir que continuasse sendo feita a difusão de um manifesto de propaganda do Partido Comunista, já na ilegalidade. Asseguro-lhe que a agremiação partidária que v. exa. sabiamente dirige, não sofreu nem sofrerá restrição à sua atividade politica e livre propaganda."

**MOGI DAS CRUZES**

**Nova Comissão Municipal**

Presidente — Euclides Baner Borobso — Mecânico; Sec. Geral — Prof. Jurgunha Lourival Glória; Secretário — Prof. Waldeci de Castro; Tesoureiro — Henrique Peres — Vereador Municipal; Sec. Arregimentação — Waldomiro Nogueira — Operário; Sec. Propaganda — Alarico T. A. Cardoso; Sec. Sindical — Nelson Silva e Costa — Operário; Sec. Finanças — Antônio Ortiz; Sec. Educação — Lauro Cardoso.

As eleições foram realizadas mediante votação secreta, de acordo com os estatutos, na sede do partido, à Rua José Bonifácio, 493.

**BAURUR**

**Comissão Municipal**

Realizou-se recentemente a eleição da nova comissão municipal de Baurur, a qual ficou assim constituída:

José Lemos de Almeida — Presidente; João Batista Siqueira — Sec. Geral; Marino Delílio — Secretário; Sra. Lemos de Almeida — Finanças; Orfeu Lambertini — Sindical; Mário Oliveira Mattozinho — Ed. e Assistência; Aristóteles M. Pereira — Sec. Arregimentação; José Luiz de Gusmão — Sec. Propaganda; Júlio Las Casas Brito — Tesoureiro; Membros — Missac Ferreira Caetano, José Morgado, Otílio Francischini, Arquimedes Dias Bijaone e José Benjamin.

Suplentes: Guilherme Azevedo Marques, Elpidio Rodrigues, Alfredo Lorenz e Fausto Oliveira.

**VISITAS À SEDE**

Visitou, dia 6 de maio, a sede do Partido, o companheiro Antônio Medeiros, eleito vereador no Município de Sorocaba, pelo PSB.

Visitou a sede do Partido Socialista em data de 6 de maio, o Companheiro Olair de Oliveira, Presidente da C.M. do P.S.B., na cidade de Franca.

Esteve em visita a sede da C.E. em 5-5-948 o Comp. Aristides Prado, Sec. Geral do C. M. de Caçapava.

**BALANCETE DA TESOUREARIA DA COMISSÃO MUNICIPAL DA CAPITAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, DO MÊS DE ABRIL DO CORRENTE ANO**

Saldo transportado do mês de março .....	2.713,70	Comissão paga ao cobrador Marques .....	955,40
Importâncias recebidas dos contribuintes filiados .....	4.777,00	Pago ao zelador seu salário mensal .....	800,00
Contribuições dos filiados ao Grupo de Pinheiros .....	375,00	Pago à companhia Telefônica .....	170,50
Contribuições recebidas do Grupo do Centro .....	342,00	Pago à Rádio América por conta de seu crédito .....	2.000,00
Contribuição expontânea do comp. vereador Cid Franco .....	2.500,00	Pago despesas feitas pelo Grupo do Centro .....	75,00
Contribuição de José Silveira .....	50,00	Pago despesas diversas .....	93,00
Recebido do comp. Marcelino Serrano s/ parte no aluguel da sede da av. Rangel Pestana .....	600,00	Pago despesas do Grupo dos Jornalistas .....	280,00
		Pago papel e tinta p/ mimeógrafo .....	66,50
		Pago selos do correio .....	35,00
		Pago nota 5468, em arquivo .....	50,00
		Pago 570 exemplares da "FOLHA SOCIALISTA" .....	570,00
		Pago à Agencia Lux-Jornal .....	220,00
		Pago conta da luz da sede .....	100,00
		Pago aluguel da sede à Praça da Sé .....	262,50
		Livros e Papéis para a Tesouraria .....	128,80
		Pago envelopes e papéis para a secretaria .....	31,00
		Pago aluguel da sede à Av. Rangel Pestana .....	1.600,00
		A Balança (abril 30) .....	3.920,00
	11.357,70		
Saldo Transferido para o mês de Maio			
A CAIXA .....	3.920,00		

Joaquim Cardoso Máximo  
Tesoureiro — C.M.

Débitos transferidos para o mês de Maio  
Saldo credor de Irmãos Dupont .....
 9.477,50 |  || Saldo credor da Rádio América ..... | 3.000,00 | 12.477,50 |

## “VANGUARDA SOCIALISTA”

O grupo de “Vanguarda Socialista” que agora se tinha mantido afastado do Partido Socialista, acaba de ingressar nele, doando-lhe, ao mesmo tempo o jornal. Desaparece, desta maneira, como órgão independente, um jornal que prestou incontáveis benefícios ao movimento socialista brasileiro, já pela divulgação de material que permanecia inédito entre nós, já pelo esforço dirigido no sentido de esclarecer as posições teóricas dos socialistas no momento de crise por que atravessamos.

Com o ingresso de “Vanguarda Socialista” para suas fileiras, ganha o Partido Socialista um pugilo de bravos militantes cuja fidelidade ao ideal foi posta à prova através de uma vida de lutas contínuas, sem capitulações aos grandes do momento, tendo sempre presente aos seus olhos o fim a ser atingido, sem, entretanto, sacrificar os meios a ele.

Com o grupo de “Vanguarda Socialista”, ganha nosso partido um contingente que, ideologicamente, filia-se aos Marceau Pivert, aos Saragat, aos Gorkin, enfim, a todos aqueles que conheceram a dura experiência do bolchevismo em suas variadas facetas — stalinistas e trotskistas — e que souberam ver, analisando a consequência de sua política para o desenvolvimento da ação socialista, que bolchevismo e socialismo são termos que se tornaram antagônicos com o decorrer dos acontecimentos. A linha de “Vanguarda Socialista”, como a linha de Pivert, Gorkin e Saragat, não é anticomunista por ser anticomunista ou por achar que a polícia pode prendê-lo se forem a favor dos stalinistas. Se esses socialistas não hesitam em atacar os seguidores de Stalin — assim como em denunciar os adeptos de Trotsky — é porque vêem neles os inimigos do socialismo, coisa que os fatos têm demonstrado com uma evidência que sómente os cegos ou mal intencionados não percebem.

O ingresso dos companheiros de “Vanguarda Socialista” para nosso partido, vem reforçar a posição daqueles que, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Norte, pelas várias seções estaduais e municipais de nosso partido, desejam estabelecer uma linha socialista consequente, linha esta que nos situa, não como meio termo entre o capitalismo e o totalitarismo stalinista, mas sim, contra toda e qualquer forma de opressão que exista ou que venha a existir; uma política que denuncie corajosamente o regime burguês como responsável pela crise em que nos debatemos e que, ao mesmo tempo, não tenha medo de reconhecer e proclamar nos comunistas os inimigos do socialismo, os construtores de um novo regime de opressão econômico-política e social

O. S. F.

# Folha Socialista

## IMPrensa, LIGHT, ETC.

Recentemente o deputado socialista Hermes Lima denunciou na Câmara Federal o escândalo do “Sesi” e do “Sesc”, organizações mantidas pela Confederação das Indústrias e pelo Confederação do Comércio, ou seja, os órgãos de classe da grande burguesia industrial e comercial. Demonstrou Hermes Lima como aquelas organizações exercem um extenso controle da imprensa, através de vultosas verbas de propaganda, com a finalidade de combater qualquer movimento de emancipação dos trabalhadores e divulgar no seio do povo idéias reacionárias sobre as excelências do regime capitalista e as “bóas intenções” dos magnatas brasileiros em relação à massa dos operários e comerciários.

A propósito desse fato, ocorre-nos lembrar, também, o caso da “Light” e da sua abundante propaganda: “A boa luz é a vida dos seus olhos”. Frequentemente deparamos no jornal com anúncios desse tipo. A “Light” faz propaganda da luz, da qual tem monopólio em São Paulo, e que representa mercadoria de consumo praticamente obrigatório. Para que os anúncios, então? A explicação não é difícil. Basta ver, por exemplo, como nestes últimos tempos aumentou nos jornais a propaganda de “a boa luz”, ao mesmo tempo que se discutia na Câmara Federal o escândalo caso de concessão de fiança do Tesouro Nacional para um enorme empréstimo da Light no exterior.

A propaganda do tipo que a Light faz nos jornais é o que as empresas de publicidade chamam de “publicidade indireta”. Isto é, publicidade que se destina não a incrementar as vendas ou os negócios do anunciante e sim a outros fins. No caso da Light, como do “Sesi” e do “Sesc”, a finalidade da propaganda é bem visível. E um dos meios utilizados pela poderosa empresa canadense para manter a “grande imprensa” do país ligada a seus interesses. E por isso que nessa “grande imprensa” não surgem os notícias ou os artigos contrários à Light. Ou, quando surgem,

quando se esboça uma campanha qualquer contra o tubarão imperialista, logo aparece a propaganda de “a boa luz” e as notícias, os artigos e as campanhas desaparecem dos jornais.

Fatos dessa natureza mostram muito bem o caráter precário e falso da liberdade de imprensa sob regime capitalista. Um jornal diário, de grande circulação, neste regime, é uma empresa capitalista como outra qualquer, que tem como objetivo o lucro, com exceção, naturalmente, dos jornais que puderem ser mantidos por partidos políticos, ou por outras associações, para fins de divulgação e propaganda. E, como empresa de fins lucrativos, qualquer órgão da “grande imprensa” está sempre preso aos interesses gerais da classe capitalista ou, então, de um ou outro grupo mais restrito, dentro desta mesma classe. Ponhamos de quarentena, portanto, essa famosa “liberdade de imprensa” das democracias capitalistas.

Isso não quer dizer, porém, que desampenemos ou desprezemos essa precária e falsa liberdade. Ela ainda é muito preferível ao regime de censura, ao regime da imprensa controlada ou dirigida diretamente pelo Estado para o fim de difundir a mentira sistemática sob a forma de “verdade oficial”. Pelo contrário, devemos defender essa relativa liberdade de imprensa, preservá-la do derrocamento totalitário, ao mesmo tempo que denunciando as suas falhas e debilidades. E, sobretudo, lutar para a ampliação dessa liberdade, através de soluções socialistas, visando as causas que limitam e falseiam o uso da imprensa como veículo de divulgação do pensamento para o povo em geral. Nem “Dips” monstros, mantidos pelo Estado, qualquer que seja a coloração deste, nem “Dipinhos” modestos, disfarçados em anúncios do tipo “Pela paz social” ou “A boa luz é a vida dos seus olhos”

A. C. C.

## Panorama Internacional

### O CONGRESSO TRABALHISTA INGLÊS

Bevin obteve aprovação do Congresso para a política internacional que vem executando. Essa aprovação foi massiva, 4 milhões de votos favoráveis e apenas 200 mil contrários. Mas é significativa que 2 milhões se tenham absteúdo de votar. Seu discurso foi em geral evasivo, evitando abordar as questões que têm sido mais discutidas, como a da Palestina. A respeito do Pacto de Bruxelas fez alguns declarações auspiciosas, que permitem esperar não seja esse o núcleo para a formação dos Estados Unidos da Europa. É prevista, entre outras coisas, a supressão da exigência de passaporte para o trânsito entre os países do Pacto.

Também merece destaque a declaração do sr. Morrison, antecipando um ponto do próximo programa eleitoral trabalhista, relativo à instituição, sobre as indústrias nacionalizadas, de uma ampla fiscalização do Parlamento. A fiscalização popular, através de representantes dos trabalhadores, dos consumidores e do Parlamento, sobre as indústrias nacionalizadas, é o que pode impedir a formação de uma casta burocrática equivalente à que se formou na Rússia, capaz de levar à degenerescência o Estado socialista.

### PALESTINA

A política imperialista dos grandes potências se desmascara ante os fatos concretos. A ONU aprovou o plano de partilha da Palestina, e fôsse este uma bôa ou má solução — era a solução adotada. Logo a Rússia começou a pôs entres à sua execução. Em seguida, os Estados Unidos, executando uma série de marchas e contra-marchas no melhor estilo da política de surpresas do hitlerismo, retiraram sua adesão ao plano de partilha. E quando todo o mundo estava perplexo e desorientado em face dessa reviravolta, eis-que, repentinamente, reconhecem a República de Israel. Mais digno não tem sido a política da Inglaterra, que dificulta o quanto páde a ação da ONU, e que agora vem apodinhando nos bastidores a causa dos exércitos árabes invasores.

### GUERRILHAS DIPLOMÁTICAS

Washington e Moscou divertiram-se, ultimamente, numa guerra radiônica e telegráfica de variadas lances. Primeiro o sr. Bedell Smith, deixando de lado a ONU, entregou ao Kremlin uma nota que resumia as divergências entre os dois países e denunciava o interesse de realizar entendimentos que possibilitassem um acordo. Os russos trocaram imediatamente de tirar do fato rendimento propagandístico, irradiando o texto do memorandum americano e a resposta do governo soviético, em síntese favorável às negociações sugeridas. Mas a divulgação do documento confidencial irritou o Departamento de Estado, que foi forçado a recolher seu baô de ensaio e a afirmar que não pretendia agir unilateralmente. Entrou então em cena o três-gero sr. Wallace, apresentando um programa concreto das questões a serem discutidas entre os dois países. Stalin em pessoa, descendo ao Sinai, respondeu à carta do candidato à Casa Branca, declarando-se pronto a abordar numa conferência os problemas propostos. Mas a sr. Marshall, duplamente ofendido, recusou-se redondamente a tomar conhecimento oficial desse passo, reiterando que sómente nos organismos internacionais podem ser tentados os acordos e entendimentos entre os vários países. A menos, é claro, que o iniciativo fôsse dele próprio — como na Grécia, na Espanha, na Itália, e etc., etc.

### ITÁLIA

Fragorosa derrotou os comunistas, e particularmente do sr. Nenni, que viu naufragados seus projetos de arrendar o socialismo italiano a Moscou. Exitos espetacular de Saragat, que num estreitíssimo espaço de tempo conseguiu adjudicar-se praticamente toda o antigo eleitorado socialista. Vitória sensacional da democracia-cristã, obtida à custa do quase completo desaparecimento de todas as demais correntes de centro e da direita. Esperemos, agora, para ver até que ponto subsistirá, na orientação do governo de Gaspari, os elementos de centro — esquerda — ou a partir de que ponto poderá êle descombar para o reacionarismo.

ARNALDO PEDROSO D'ORTA

## Comemoração do Dia do Trabalho pelo Partido Socialista Brasileiro

Em sua sede municipal, à avenida Rangel Pestana, 993, o Partido Socialista realizou uma sessão comemorativa do 1.º de maio e dedicada, especialmente, à debates sobre a questão sindical.

Após uma oração alusiva à data e ao seu significado para o proletariado de todo o mundo, iniciaram-se os debates, verificando-se a intervenção de numerosas pessoas presentes à reunião, cujas opiniões foram coligadas, como contribuição ao estabelecimento da posição dos socialistas em face do problema e da necessidade de libertar os sindicatos operários da tutela ministerial. No final da reunião, foi aprovada a seguinte moção:

“Nesta data de 1.º de Maio que assinala o aniversário de um episódio marcante das lutas do proletariado em torno de suas reivindicações fundamentais, entre as quais se inclui o direito de livre associação em sindicatos de classe:

“Considerando que a nossa Constituição Federal assegura a liberdade sindi-

cal como um dos postulados básicos do regime democrático;

“Considerando que na Carta dos Estados Americanos, que vem de ser assinada em Bogotá, com a participação do Brasil, ficou estabelecido expressamente o direito de livre associação dos trabalhadores, que os Estados signatários da aqueles documentos se comprometem a respeitar e assegurar — o Partido Socialista Brasileiro entende que os trabalhadores têm o direito de esperar que o governo brasileiro, fiel ao seu compromisso de respeitar a Constituição e coerente com os seus compromissos internacionais, assegure a liberdade de organização sindical em nosso país, libertando os sindicatos operários da humilhante tutela ministerial em que se encontram. Ao mesmo tempo, concita os trabalhadores de São Paulo a cercarem fileiras em torno da autonomia sindical, como reivindicação mais importante, de que dependerão, no futuro, outros passos para um regime melhor e para a sua completa libertação do jugo capitalista.”

## O problema da moradia e os despejos

Acha-se em discussão na Câmara Federal um projeto de lei que suspende os despejos pelo prazo de um ano. Contra esse projeto já se levantou forte reação dos proprietários e, por isso, é muito possível que êle não seja aprovado.

Entretanto, a suspensão dos despejos por um ano não resolveria o angustioso problema da falta de habitação nas grandes cidades como São Paulo, Rio, Santos e outros. Se não fosse acompanhada de outras medidas, a suspensão temporária dos despejos poderia agravar o problema, porque representaria apenas um represamento do mal e este iria explodir depois daquele prazo, com maior intensidade. A suspensão dos despejos só teria valor, realmente, como medida de emergência, enquanto fossem tomadas pelo governo outras providências enérgicas no sentido de resolver a falta de moradias a preços baixos nos grandes centros populosos.

O problema da moradia é um dos muitos nos quais a iniciativa privada, capitalista, hoje se mostra inteiramente in-

capaz de encaminhar a solução. Só pode ser resolvido por um poder público realmente interessado em atender aos interesses populares. O Estado, através de um dos seus órgãos, especialmente as Prefeituras, ou os autarquias como os Institutos de Aposentadoria, teria de intervir intensamente, construindo, por conta própria, grande quantidade de moradias populares, em blocos residenciais de grande extensão, entrossadas num plano de organização das grandes cidades, com aproveitamento racional das terrenos, deslocamento de centros urbanos, etc. Os poderes públicos teriam de fomentar a construção de casas populares, isentando-as de taxas e emolumentos, tomando medidas enérgicas no sentido de barateamento do material de construção, fornecendo assistência técnica aos particulares interessados nessas construções para moradias próprias e tomando muitas outras medidas desse tipo.

Mas as coisas desse gênero, o governo estadual, o prefeito e seus súcos não se dignam abordar. Uns estão por

demais ocupados em arrancar “leis de segurança” para “garantir” a nossa precária democracia mantendo-a entre grades, e outros estão preocupados com os seus negócios e “caixinhas”, visando satisfazer uma gula monstruosa de poder.

Enquanto isso, o problema da moradia em São Paulo, no Rio e em outros grandes centros vai largando dramas por toda a parte, entre os operários despejados dos seus casebres e favelas, entre os trabalhadores da classe média — funcionários, comerciários, bancários — que têm sobre os minguados orçamentos a ameaça de um aluguel astronômico, no caso de serem obrigados a mudar ou pretenderem constituir família. Sobre esse tremendo mal que corrê a vida das grandes cidades pretende-se colocar um paliativo apenas, que é a suspensão dos despejos. Mas, como todo paliativo, essa medida isolada de outras providências — as verdadeiras providências que a situação está exigindo — poderá, em vez de resolver o problema, agravá-lo no futuro.